CESIT
CENTRO DE ESTUDOS SINDICAIS E DE ECONOMIA DO TRABALHO
UNICAMP
Instituto de Economia

Carta Social e do Trabalho

ISSN 1980-5144

INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP
Diretor
Márcio Percival Alves Pinto

Diretor Executivo do CESIT
Carlos Alonso Barbosa de Oliveira

Conselho Editorial
Carlos Alonso Barbosa de Oliveira
José Carlos Braga
Márcio Percival Alves Pinto
Paulo Eduardo de Andrade Baltar

Organizadores
Eduardo Fagnani
Marcio Pochmann

Equipe do CESIT
Alexandre Gori Maia
Amilton José Moretto
Anselmo Luis dos Santos
Carlos Alonso Barbosa de Oliveira
Cláudio Salvadori Dedecca
Davi Antunes
Denis Maracci Gimenez
Eduardo Fagnani
Eugênia Troncoso Leone
Jorge Eduardo Levi Mattoso (Licenciado)
José Dari Krein
Marcelo W. Proni
Marcio Pochmann
Marco Antônio de Oliveira (Licenciado)
Maria Alice Pestana de Aguiar Remy
Paulo Eduardo de Andrade Baltar
Sônia Tomazini
Waldir José de Quadros (Licenciado)
Walter Barelli (Licenciado)
Wilnês Henrique (Licenciada)

Apoio Administrativo
Licério Siqueira
Susete R. C. Ribeiro

Projeto Visual e Editoração Eletrônica
Célia Maria Passarelli

Edição de Texto
Caia Fittipaldi

CESIT – Instituto de Economia da Unicamp
Cidade Universitária Zeferino Vaz
Caixa Postal 6135 – Cep 13.083-970
Campinas – São Paulo – SP
Tel: (19) 3788-5720 –
E-mail: <cesit@eco.unicamp.br>.
<http://www.eco.unicamp.br/cesit>.

TEMA:
ESTAGNAÇÃO ECONÔMICA E MOBILIDADE SOCIAL NO BRASIL (1981-2005)

SUMÁRIO

Apresentação
Estagnação econômica , crise social e mobilidade descendente 1

PARTE I – Evolução da Estrutura Social e Ocupacional por Regiões

Waldir Quadros
O encolhimento da classe média brasileira 5

Valéria Cristina Scudelér
Estrutura sócio-ocupacional e composição dos extratos sociais nas regiões Centro-Oeste e Norte 13

Josiane Fachini Falvo
Especificidade da estrutura social no Nordeste brasileiro 30

Vinicius Gaspar Garcia
Características da estrutura sócio-ocupacional no Sudeste e no Distrito Federal 43

Daniel de Mattos Höfling
Dinâmica social no universo da PNAD: um panorama da Região Sul (1995-2004) 55

Davi José Nardy Antunes e ***Denis Maracci Gimenez***
Transferência de renda aos ricos e pobres no Brasil – Notas sobre os juros altos e o Bolsa-Família 62

PARTE II – Considerações sobre a PNAD 2005

Waldir Quadros
PNAD 2005 - Exuberância social inexplicável..... 72

Alexandre Gori Maia
Evolução dos rendimentos declarados na PNAD: Uma análise particularizada para os anos de 2004 e 2005 77

n. 5 – setembro de 2006 a abril de 2007

APRESENTAÇÃO

ESTAGNAÇÃO ECONÔMICA, CRISE SOCIAL E MOBILIDADE DESCENDENTE

Eduardo Fagnani e ***Marcio Pochmann***
Organizadores

Nos últimos 26 anos, a economia brasileira esteve semi-estagnada. Entre 1982 e 2006, a taxa de crescimento anual médio do PIB foi de apenas 2,5% ao ano, contrastando com a média superior a 7% verificada entre 1945 e 1980. Esse desempenho recente aprofundou a crise social. Os rendimentos do trabalho declinaram, a concentração da renda permanece estável entre as piores do mundo, o desemprego e o trabalho precário atingiram patamares inéditos. Os baixos salários, a elevada rotatividade e a desigualdade entre os rendimentos do trabalho – perceptíveis mesmo nos períodos de elevado crescimento econômico – acentuaram-se nos últimos 26 anos de estagnação.

Entretanto, mesmo nessas condições estruturalmente adversas do mercado de trabalho brasileiro, a mobilidade social foi ascendente entre 1945 e 1980. Em contraste, nas últimas décadas, os canais de ascensão social sofreram profundo estreitamento. Uma das faces do longo ciclo de estancamento da mobilidade social é o "rebaixamento" social e econômico da classe média brasileira. Esta edição da ***Carta Social e do Trabalho*** é dedicada à análise desse processo de crise da mobilidade social e ocupacional e empobrecimento da classe média.

A primeira parte da ***Carta*** aborda a evolução da Estrutura Social e Ocupacional no período 1981-2005 para o Brasil como um todo e a especificidade desse processo nas principais regiões do país.

Todos os textos tomam como referência a metodologia pioneira desenvolvida por Quadros.[1] Nessa metodologia, os indivíduos que declaram rendimentos à PNAD são segmentados a partir de faixas de renda que tomam como referência o valor do salário mínimo de 2004. Associando estas faixas de rendimentos a distintos "padrões de vida", obtém-se a seguinte régua de estratificação social: (a) acima de R$ 2.500,00 ("alta classe média"); (b) de R$ 1.250,00 a R$ 2.500,00 ("média classe média"); (c) de R$ 500,00 a R$ 1.2500,00 ("baixa classe média"); (d) de R$ 250,00 a R$ 500,00 ("massa trabalhadora"); e (e) abaixo de R$ 250,00 ("miseráveis").

O artigo de ***Waldir Quadros*** – "O encolhimento da classe média brasileira" – apresenta uma visão panorâmica nacional. O autor demonstra o estreitamento dos canais de ascensão social, que se materializa no encolhimento da "classe média". Sobressai da análise, em primeiro lugar, que a quantidade de indivíduos que se encontram "ocupados" em cada ano cresce mais lentamente que o número daqueles que "não estão ocupados, mas possuem rendimentos". São indícios claros, por um lado, do baixo dinamismo ocupacional, percebido pela incapacidade de a economia gerar oportunidades ocupacionais. Por outro lado, o aumento dos indivíduos que "não estão ocupados, mas possuem rendimentos", que se acentua a partir de meados dos anos 90, deve decorrer, sobretudo, do fato de que as aposentadorias, pensões e benefícios sociais (INSS urbano, INSS rural e benefícios da LOAS) vão ganhando importância crescente como fonte de obtenção de renda. Observe-se que esses novos direitos sociais, embora tenham sido conquistados pela

[1] Cf. Quadros, Waldir. ***Aspectos da crise social brasileira dos anos oitenta e noventa***. Tese (Livre Docência)–Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas, 2003.

Constituição Federal de 1988, somente começaram a entrar em vigor a partir de 1993, uma vez que foram represados durante o Governo Collor.

Em segundo lugar, sobressai da análise do autor que, nos anos 90, superada a recessão do governo Collor e com o advento do Plano Real, a proporção de indivíduos ocupados situados em patamares associados à classe média (alta, média e baixa) ganha certo alento A contrapartida é a retração na proporção de miseráveis junto com a expansão dos pobres da massa trabalhadora.

Entretanto, a partir de 1999, as oportunidades também começam a encolher para esses extratos superiores ("alta classe média" e a "média classe média"). Quadros argumenta que a manutenção do espaço da "baixa classe média" pode refletir tanto a descida de indivíduos destes dois estratos superiores, como o rebaixamento em suas próprias fileiras. A relativa estabilidade com suave retração na proporção de miseráveis, resulta na tendência de crescimento da parcela de ocupados que se encontra no patamar de massa trabalhadora pobre.

Em síntese, a partir de 1999, os traços básicos da crise ocupacional são revigorados: rebaixamento dos extratos superiores ("alta e média classe média") e alargamento dos extratos nos patamares da "baixa classe média" (remediada) e "massa trabalhadora" (pobre). Com estabilidade ou lento decréscimo na proporção de miseráveis, que ainda atinge cerca de 1/3 dos ocupados. Ainda que em proporções distintas, o comportamento dos inativos com rendimentos guarda semelhança com o dos ocupados.

Em linhas gerais, esses traços acima destacados da análise de Quadros para o Brasil como um todo também podem ser observados, com especificidade, nas demais regiões analisadas pelos textos subseqüentes que adotam a mesma metodologia, destacados a seguir:

- ***Valéria Cristina Scudelér***, analisa a evolução da estrutura sócio-ocupacional e composição dos extratos sociais nas regiões Centro-Oeste e Norte.
- ***Josiane Fachini Falvo***, aborda a especificidade da estrutura social no Nordeste brasileiro;
- ***Vinicius Gaspar Garcia***, apresenta as características da estrutura sócio-ocupacional no Sudeste e no Distrito Federal; e,
- ***Daniel Mattos Höfling***, analisa a dinâmica social na Região Sul.

Por sua vez, o texto de ***Davi José Nardy Antunes*** e ***Denis Maracci Gimenez*** – "Transferência de renda aos ricos e pobres no Brasil. Notas sobre os juros altos e o Bolsa-Família" – apresenta o pano de fundo determinante da crise da mobilidade social brasileira. Os autores questionam as opções macroeconômicas recentes cujas conseqüências são a estagnação, a taxa de juros extremamente elevada, o endividamento crescente etc. Argumentam que tais opções estreitaram significativamente as possibilidades financeiras do Estado, restringindo sua atuação efetiva na economia através de investimentos públicos – papel fundamental ao longo dos cinqüenta anos de crescimento acelerado do século passado –, não permitindo que se realize uma política social efetiva num cenário de crise social profunda, onde a falta de crescimento econômico aparece como problema central, entre tantos outros problemas e carências materiais de toda ordem.

A segunda parte da ***Carta*** tece algumas considerações sobre os resultados da PNAD de 2005. Inicialmente, os autores explicitam com clareza o mais profundo reconhecimento e respeito ao IBGE e seus profissionais. Dentre outras contribuições decisivas à pesquisa e estudo da realidade nacional, assumem papel extremamente relevante o Censo Demográfico e a PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Em particular a PNAD, por sua periodicidade anual e fácil acesso aos microdados, tem servido

para embasar um número crescente de análises a respeito das condições sociais, com significativa repercussão nos meios de comunicação.

O artigo de ***Waldir Quadros*** – "PNAD 2005 – Exuberância social inexplicável" – procura contribuir para o debate metodológico, chamando a atenção para o fato de que a PNAD de 2005 revela um cenário de melhoria social que, aos olhos do autor, parece pouco aderente à realidade. Mais especificamente, o autor, de forma exploratória, discute dois pontos principais: (a) o crescimento da renda captada pela PNAD; e (b) o movimento de ascensão social que o acompanha.

Na mesma perspectiva, o artigo de ***Alexandre Gori Maia* – "**Evolução dos rendimentos declarados na PNAD: uma análise particularizada para os anos de 2004 e 2005" – procura contribuir para o debate, analisando a divergência entre o baixo crescimento do Produto Nacional Bruto e o expressivo crescimento da massa de rendimentos declarados da PNAD entre 2004 e 2005. Em seu ensaio, o autor procurou encontrar respostas para comportamentos não integrados entre as linhas-tendências das respectivas séries históricas. Atrás das fontes do crescimento da massa de rendimentos da PNAD, o autor também analisa os impactos sobre a distribuição de renda da população ocupada e não ocupada com renda entre os anos de 2004 e 2005.

Finalmente, cabe justificar que a não observância da periodicidade quadrimestral no presente número da ***Carta*** deve-se, sobretudo, ao reconhecimento dos organizadores ao enorme esforço realizado pelos autores ao apresentarem um extenso trabalho de pesquisa e análise que superou as dimensões e o formato das edições anteriores.

Boa leitura!

PARTE I
EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA SOCIAL E OCUPACIONAL POR REGIÕES

O ENCOLHIMENTO DA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA

Waldir Quadros[1]

Introdução

Pretendemos neste ensaio refletir sobre a crise social brasileira recente. Entre seus vários aspectos e manifestações, focamos nossa atenção no estreitamento dos canais de ascensão social, que se materializa na letargia e encolhimento da "classe média".

Apresentamos aqui apenas uma visão panorâmica nacional, que em outros textos deste boletim será desdobrada e complementada com abordagens regionais.[2] Por outro lado, ainda que a análise se detenha no período mais recente, ela tem como pano de fundo a estagnação econômica e conseqüente deterioração social que nos assola desde o final da década de 1970, apresentando os dados do período 1981-2005.[3]

Por fim, iremos tratar apenas dos primeiros resultados do passo inicial da nossa construção metodológica, analisando o comportamento dos **indivíduos** que declaram rendimentos à PNAD.[4] E mais, descreveremos tão somente o cenário mais "opaco" transmitido pelo comportamento de indivíduos genéricos, que se distinguem apenas por: (a) sua condição de ocupado ou sem ocupação com renda (basicamente aposentados, pensionistas e outros beneficiários de programas sociais), e (b) seus rendimentos monetários declarados.[5]

1 Breve apresentação metodológica

Os indivíduos que declaram rendimentos à PNAD são segmentados a partir de faixas de renda que tomam como referência o valor do salário mínimo de 2004. Associando estas faixas de rendimentos a distintos "padrões de vida", obtém-se a seguinte régua de estratificação social:

Quadro 1 – Régua de estratificação social

Faixas de rendimentos (*)	"Padrões de vida"
Acima de R$ 2.500	Alta classe média
R$ 1.250 a R$ 2.500	Média classe média
R$ 500 a R$ 1.250	Baixa classe média
R$ 250 a R$ 500	Massa trabalhadora
Abaixo de R$ 250	Miseráveis

(*) valores em jan. 2004.

---

[1] Professor colaborador do IE-Unicamp, pesquisador do Cesit.

[2] Este texto é parte de um trabalho anterior: Cf. Quadros (2006).

[3] Na verdade, as tendências serão buscadas no comportamento revelado até 2004, devido a performance atípica da PNAD de 2005, que é objeto de outro ensaio deste mesmo boletim. Fonte dos dados primários: PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, IBGE.

[4] Em trabalhos futuros a análise será ampliada, incorporando a agregação familiar.

[5] Proximamente a análise desdobrará a caracterização dos ocupados, desagregando por grupos ocupacionais, setor público e privado e setor de atividade econômica.

Uma observação: como já afirmamos no artigo "***A dinâmica da classe média***",[6] freqüentemente nas apresentações da metodologia somos indagados sobre onde estão os ricos nesta estrutura social. A resposta é que os ricos não estão incluídos. Como sabem os pesquisadores do IBGE e estudiosos mais avisados, é algo extremamente raro conseguir-se aplicar o questionário em domicílios de ricos. E mesmo nos casos estatisticamente irrelevantes de sucesso, o mais provável é que o entrevistado dissimule sua condição social transmitindo um perfil de (alta) classe média.

Assim sendo, quem estiver interessado em pesquisar esta diminuta fração da nossa sociedade deve recorrer a outras fontes de dados quantitativos ou qualitativos. De nossa parte, entendemos que devido às suas dimensões esta omissão não macula a imagem da sociedade brasileira que pode ser obtida dos inquéritos domiciliares, desde que conscientes da mesma. Em outras palavras, a estratificação social não é comprometida significativamente.

Porém, do ponto de vista da distribuição de renda as implicações são muito mais sérias. Em particular, é decisivo levar em conta que, entre várias omissões, a mais relevante é que não estão contemplados os rendimentos e benefícios oriundos da posse e gestão da **riqueza** (juros, dividendos, participações, ganhos imobiliários, benefícios indiretos etc.).

Como sabemos, são justamente estes ganhos que têm sido preservados e mesmo expandidos nesta longa fase de estagnação produtiva. Desta forma, a renda captada pela PNAD (e Censo Demográfico) refere-se ao que "sobra" após a apropriação pelos detentores da riqueza nacional. Tal circunstância, no mínimo, deveria levar a uma explícita relativização do significado dos estudos correntes sobre concentração e desigualdade que utilizam estas fontes de dados primários.

2 O baixo dinamismo ocupacional

O universo de indivíduos que declaram rendimentos à PNAD pode ser utilizado para compor um retrato das diversas oportunidades de obtenção de renda na sociedade brasileira. Na análise do seu comportamento, separamos inicialmente os declarantes em indivíduos ocupados e indivíduos sem ocupação, mas com rendimentos.

Como se observa na Tabela 1, a quantidade de indivíduos que se encontram ocupados em cada ano cresce mais lentamente que o número daqueles que não estão ocupados. Ou seja, as aposentadorias, pensões, benefícios sociais, etc. vão ganhando importância crescente como fonte de obtenção de renda.

Tabela 1 – Composição dos indivíduos que declaram rendimentos
Brasil

Anos	Ocupados		Sem ocupação		Total	
	N. pessoas	Índice	N. Pessoas	Índice	N. pessoas	Índice
1981	44.776	100	7.384	100	52.160	100
1982	47.108	105	7.281	99	54.389	104
1983	47.567	106	8.015	109	55.582	107
1984	49.235	110	8.456	115	57.691	111
1985	51.791	116	8.640	117	60.431	116
1986	53.214	119	8.509	115	61.723	118
1987	54.896	123	8.868	120	63.764	122
1988	56.015	125	9.668	131	65.683	126
1989	57.686	129	9.831	133	67.517	129

Continua...

[6] Ver Quadros (2006).

Tabela 1 – Continuação

Anos	Ocupados		Sem ocupação		Total	
	N. pessoas	Índice	N. Pessoas	Índice	N. pessoas	Índice
1990	59.247	132	10.104	137	69.351	133
1992	61.288	137	10.653	144	71.941	138
1993	62.659	140	11.397	154	74.056	142
1995	65.479	146	12.068	163	77.547	149
1996	64.372	144	13.091	177	77.463	149
1997	66.325	148	13.667	185	79.992	153
1998	67.710	151	14.657	199	82.367	158
1999	68.415	153	15.565	211	83.980	161
2001	71.458	160	17.114	232	88.572	170
2002	74.241	166	18.855	255	93.096	179
2003	75.303	168	20.640	280	95.943	184
2004	77.905	174	21.659	293	99.564	191
2005	80.214	179	22.303	302	102.517	197

Fonte: PNAD/IBGE.

Em nosso juízo, além de refletir o avanço no atendimento dos direitos sociais mínimos dos segmentos mais carentes, esta evolução aponta, sobretudo, para a letargia na geração de oportunidades ocupacionais. Esta performance negativa dos ocupados pode ser aferida pelo comportamento dos rendimentos médios de cada segmento.

De fato, constata-se na Tabela 2 uma performance algo mais favorável nos rendimentos dos indivíduos inativos frente uma tendência declinante entre os ocupados. Basta dizer que, excluídos os momentos de forte recessão, desde 1998 a renda média dos ocupados encontra-se em patamar inferior ao verificado no início dos anos 1980!

Tabela 2 – Evolução dos rendimentos médios dos declarantes
Brasil

Anos	Ocupados		Sem ocupação		Total	
	R$	Índice	R$	Índice	R$	Índice
1981	862	100	546	100	817	100
1982	858	99	571	105	819	100
1983	724	84	481	88	689	84
1984	707	82	459	84	671	82
1985	831	96	531	97	788	96
1986	1.220	142	727	133	1.152	141
1987	895	104	511	93	841	103
1988	838	97	458	84	782	96
1989	932	108	530	97	873	107
1990	832	97	541	99	790	97
1992	688	80	546	100	667	82
1993	723	84	547	100	696	85
1995	883	102	663	121	849	104
1996	920	107	649	119	874	107
1997	912	106	654	120	868	106
1998	909	105	697	128	871	107
1999	848	98	692	127	819	100
2001	863	100	660	121	824	101
2002	841	98	629	115	798	98
2003	785	91	572	105	739	90
2004	789	92	586	107	745	91
2005	829	96	619	113	784	96

Fonte: PNAD/IBGE Valores em jan. 2006, deflator: INPC corrigido – IPEA.

A combinação do avanço dos inativos tanto no número dos declarantes como nos rendimentos médios, resulta na sua maior participação na renda total captada pela PNAD, tal como se observa na Tabela 3. No início dos anos 1980 os inativos obtinham cerca de 10% da renda declarada e nos últimos anos esta proporção já atinge 17%.

Tabela 3 – Evolução da participação dos declarantes na renda total
Brasil

Anos	Ocupados		Sem ocupação		Total	
	R$ mil	%	R$ mil	%	R$ mil	%
1981	38.583	90	4.032	9	42.615	100,0
1982	40.408	91	4.159	9	44.567	100,0
1983	34.422	90	3.852	10	38.274	100,0
1984	34.689	90	3.881	10	38.570	100,0
1985	43.054	90	4.587	10	47.641	100,0
1986	64.912	91	6.190	9	71.102	100,0
1987	49.127	92	4.529	8	53.656	100,0
1988	46.928	91	4.429	9	51.357	100,0
1989	53.750	91	5.212	9	58.962	100,0
1990	49.299	90	5.462	10	54.761	100,0
1992	42.136	88	5.821	12	47.957	100,0
1993	42.259	87	6.230	13	48.489	100,0
1995	57.815	88	8.006	12	65.821	100,0
1996	59.197	87	8.500	13	67.697	100,0
1997	60.507	87	8.944	13	69.451	100,0
1998	61.554	86	10.229	14	71.783	100,0
1999	58.033	84	10.777	16	68.810	100,0
2001	61.697	84	11.290	15	72.987	100,0
2002	62.435	84	11.866	16	74.301	100,0
2003	59.103	83	11.805	17	70.908	100,0
2004	61.496	83	12.700	17	74.196	100,0
2005	66.536	83	13.806	17	80.342	100,0

Fonte: PNAD/IBGE. Valores em jan. 2006, deflator: INPC corrigido – IPEA.

Com certeza, este cenário pode conduzir a distintas interpretações. Porém, nos parece mais convincente tomá-lo como indicação das crescentes dificuldades que se abateram sobre o mercado de trabalho e de oportunidades ocupacionais em geral, seja no emprego assalariado, no trabalho autônomo ou no negócio próprio. E tudo isso tendo como principal responsável o demasiadamente longo período de estagnação produtiva e econômica.

3 A estratificação social dos declarantes

A segmentação social dos indivíduos ocupados por faixas de rendimentos e "padrões de vida" a eles associados encontra-se na Tabela 4.

Tabela 4 – Distribuição nos Estratos Sociais – Brasil

Ocupados						
Anos	Alta Classe Média	Média Classe Média	Baixa Classe Média	Massa Trabalhadora	Miseráveis	Total
1981	5,6	9,0	27,4	25,3	32,7	100%
1982	6,1	8,5	26,3	26,1	33,0	100%
1983	4,5	8,1	20,1	23,8	43,5	100%
1984	4,2	7,2	20,7	23,4	44,5	100%
1985	5,6	8,7	22,9	28,3	34,6	100%

Continua...

Tabela 4 – Continuação

Ocupados

Anos	Alta Classe Média	Média Classe Média	Baixa Classe Média	Massa Trabalhadora	Miseráveis	Total
1986	8,9	12,4	29,4	26,4	22,8	100%
1987	6,1	9,4	24,2	24,7	35,7	100%
1988	5,7	7,9	22,0	23,8	40,6	100%
1989	7,1	9,2	21,9	22,3	39,5	100%
1990	5,7	8,7	23,5	21,3	40,9	100%
1992	3,8	7,5	21,3	23,5	43,9	100%
1993	4,3	7,0	20,1	23,4	45,2	100%
1995	6,2	9,0	24,1	24,9	35,7	100%
1996	7,8	10,6	27,2	22,9	31,5	100%
1997	6,0	10,1	23,9	24,8	35,2	100%
1998	6,1	10,2	24,2	25,2	34,3	100%
1999	5,6	8,5	25,4	25,8	34,6	100%
2001	5,8	8,9	25,4	28,6	31,3	100%
2002	5,0	8,3	24,4	29,1	33,2	100%
2003	4,9	7,3	25,6	28,9	33,4	100%
2004	4,5	7,7	24,0	31,6	32,1	100%
2005	5,1	8,3	27,2	37,4	22,0	100%

Fonte: PNAD/IBGE

Ressalvando o perfil atípico de 2005 e restringindo nossa observação à década de 1990, verifica-se em linhas gerais que, superada a forte recessão do governo Collor e com o advento do Plano Real, ganha um certo alento a proporção de indivíduos ocupados que situam-se em patamares associados à classe média (alta, média e baixa). A contrapartida é a retração na proporção de miseráveis junto com a expansão dos pobres da massa trabalhadora.

Na alta e média classe média as oportunidades começam a encolher já em 1999. A relativa manutenção do espaço da baixa classe média deve refletir tanto a descida de indivíduos destes dois estratos superiores, como um certo rebaixamento em suas próprias fileiras. Assim sendo, a relativa estabilidade com suave retração na proporção de miseráveis, resulta na tendência de crescimento da parcela de ocupados que se encontra no patamar de massa trabalhadora pobre.

Temos então os traços básicos da crise ocupacional: letargia nas oportunidades com padrão de alta e média classe média e "empoçamento" nos patamares da baixa classe média (remediada) e massa trabalhadora (pobre). Com estabilidade ou lento decréscimo na proporção de miseráveis, que ainda atinge cerca de 1/3 dos ocupados.

Ainda que em proporções distintas, o comportamento dos inativos guarda uma certa semelhança com o dos ocupados, tal como se apresenta na Tabela 5. Cabe registrar que, neste caso, a manutenção de uma elevada proporção de indivíduos que se encontram no estrato social pior situado reflete tanto a precarização das condições como a maior cobertura dos programas focalizados de transferência de renda. O que, na verdade, aponta para a relativa incapacidade destes últimos em alterar as condições gerais que obstaculizam o progresso social.

Tabela 5 – Distribuição nos Estratos Sociais – Brasil

Sem ocupação com renda						
Anos	Alta Classe Média	Média Classe Média	Baixa Classe Média	Massa Trabalhadora	Miseráveis	Total
1981	2,8	5,7	14,3	20,4	56,9	100%
1982	3,2	6,1	15,3	20,7	54,7	100%
1983	2,3	5,3	13,0	14,8	64,5	100%
1984	1,9	4,7	13,3	14,0	66,1	100%
1985	2,8	5,6	13,9	16,9	60,8	100%
1986	4,0	7,4	15,8	24,7	48,1	100%
1987	3,3	4,1	12,2	12,3	68,1	100%
1988	2,3	4,0	11,5	13,0	69,1	100%
1989	3,3	5,3	12,3	13,0	66,2	100%
1990	3,3	5,6	13,2	11,3	66,5	100%
1992	2,5	5,3	12,4	24,2	55,6	100%
1993	2,7	5,8	13,6	15,0	69,7	100%
1995	4,0	6,4	14,2	25,0	50,3	100%
1996	4,6	7,7	15,5	14,9	57,3	100%
1997	3,6	7,3	15,2	14,5	59,5	100%
1998	4,1	8,1	16,2	15,2	56,4	100%
1999	4,0	7,2	17,7	16,2	54,9	100%
2001	3,7	6,8	16,5	15,8	57,3	100%
2002	3,3	5,9	15,5	16,3	59,0	100%
2003	2,9	5,3	15,9	15,2	60,8	100%
2004	2,7	5,7	15,5	16,8	59,3	100%
2005	3,0	6,2	20,0	49,9	20,9	100%

Fonte: PNAD/IBGE.

Para encerrar, vejamos o comportamento dos indivíduos declarantes em seu conjunto, tal como se apresenta na Tabela 6 a seguir.

Tabela 6 – Distribuição nos Estratos Sociais – Brasil

Total dos declarantes						
Anos	Alta Classe Média	Média Classe Média	Baixa Classe Média	Massa Trabalhadora	Miseráveis	Total
1981	5,2	8,5	25,5	24,6	36,2	100%
1982	5,7	8,2	24,8	25,4	35,9	100%
1983	4,2	7,7	19,1	22,5	46,6	100%
1984	3,8	6,8	19,7	22,0	47,7	100%
1985	5,2	8,2	21,6	26,7	38,3	100%
1986	8,3	11,7	27,6	26,2	26,3	100%
1987	5,7	8,6	22,5	22,9	40,2	100%
1988	5,2	7,3	20,5	22,2	44,8	100%
1989	6,5	8,6	20,5	21,0	43,4	100%
1990	5,3	8,2	22,0	19,8	44,6	100%
1992	3,6	7,2	20,0	23,6	45,6	100%
1993	4,1	6,7	19,0	22,0	48,2	100%
1995	5,9	8,6	22,6	24,9	38,0	100%

Continua...

Tabela 6 – Continuação

Anos	Alta Classe Média	Média Classe Média	Baixa Classe Média	Massa Trabalhadora	Miseráveis	Total
1996	7,3	10,1	25,2	21,5	35,9	100%
1997	5,6	9,6	22,4	23,0	39,4	100%
1998	5,7	9,8	22,8	23,4	38,2	100%
1999	5,3	8,2	24,0	24,1	38,4	100%
2001	5,4	8,5	23,7	26,1	36,3	100%
2002	4,7	7,8	22,6	26,5	38,5	100%
2003	4,5	6,8	23,5	25,9	39,3	100%
2004	4,1	7,3	22,2	28,4	38,0	100%
2005	4,6	7,9	25,6	40,1	21,7	100%

Fonte: PNAD/IBGE.

Outra colagem do texto "A dinâmica da classe média"[7]: Como procuramos alertar no início, a PNAD não engloba os detentores da riqueza e os estudos de desigualdade que a tomam como fonte dos dados são parciais. Abrangem fundamentalmente o que se pode atribuir como remuneração dos diversos trabalhos[8] presentes ou passados (os inativos) dos declarantes "não ricos", com alguma expressão recente das transferências assistenciais.

Contudo, mesmo neste universo mais restrito as evidências apontadas nos sugerem um quadro de encolhimento e estagnação nos estratos relativamente melhor situados. E este fenômeno, de saída, já nos impede de atribuir um significado positivo à redução nos indicadores de desigualdade convencionais. Ainda que os limitados programas de proteção social tenham sido capazes de evitar a explosão da miséria absoluta. Ou seja, o quadro geral é de redução "espúria" da desigualdade, fruto da ausência de dinamismo social.

Considerações finais

Para encerrar, é oportuno reforçar que a má performance dos dois segmentos melhor situados da classe média significa um terrível processo de estreitamento dos canais de ascensão social, inédito na história contemporânea brasileira. Seguramente, este desempenho tem um efeito fortemente corrosivo nas estruturas sociais, instalando e exacerbando, entre outras patologias, o mais completo "vale tudo" na luta por um lugar ao sol. E toda a plêiade de deformações daí decorrentes...

Neste sentido, o retrato da crise ocupacional esboçado no item anterior nos fornece apenas uma pálida idéia de sua real dimensão. De fato, a análise da estratificação dos indivíduos declarantes apresenta tão somente a expansão, retração ou manutenção dos espaços sociais correspondentes aos distintos estratos. Ou seja, refere-se a resultados estruturais de uma série de processos complexos, que permanecem ocultos.

Em particular queremos destacar os distintos fluxos sociais envolvidos no comportamento de um determinado estrato. Por exemplo, apontamos anteriormente a letargia nas oportunidades de alta e média classe média. Entretanto, a idéia de uma relativa "pasmaceira" está muito distante da dinâmica social efetiva, na qual interagem de forma conflitante indivíduos que estão ascendendo, outros que lutam para manter sua

[7] Ver Quadros (2006).

[8] Empregadores, assalariados, autônomos ou pequena propriedade por conta própria.

posição e aqueles que estão caindo. O mesmo poderia ser dito em relação à imagem de "empoçamento" nos estratos da baixa classe média e massa trabalhadora.

Na verdade, a disputa pela conquista de oportunidades insuficientes, e com frágeis freios morais, parece ser melhor caracterizada por uma verdadeira "pororoca social", com concorrência selvagem entre os segmentos envolvidos. Como pano de fundo, imaginamos um processo bastante expressivo de circulação social entre os estratos sociais.

Já entre os miseráveis, a gravidade da situação reside na percepção de uma crescente mancha de "óleo queimado", composta por indivíduos em estado avançado de desalento e inatividade, ainda que assistidos por programas focalizados de transferência de renda.

Referência bibliográfica

QUADROS, W. ***A dinâmica da classe média***. São Paulo: Instituto de Estudos Econômicos Internacionais – IEEI, dez. 2006.

ESTRUTURA SÓCIO-OCUPACIONAL E COMPOSIÇÃO DOS ESTRATOS SOCIAIS NAS REGIÕES CENTRO-OESTE E NORTE

Valéria Cristina Scudelér[1]

Introdução

Um dos problemas estruturais mais graves da economia brasileira é a sua enorme concentração de renda, o que coloca o Brasil sempre no topo do ***ranking*** dos países mais desiguais do mundo. Esta questão não é novidade num país que buscou sua inserção no capitalismo industrial sem mudanças consistentes na estrutura de propriedade da terra, o que foi um dos principais motivos da constituição de um mercado de trabalho urbano altamente desfavorável aos trabalhadores, com uma grande participação de ocupações informais, baixa remuneração, amplo leque salarial e mecanismos de proteção social pouco eficazes.[2]

No entanto, uma distribuição de renda tão desfavorável não foi foco de preocupações por parte dos governos pelo menos até a década de 1980, pois a grande mobilidade social ascendente da sociedade brasileira entre 1950-1980 mascarava o problema da concentração de renda e propriedade. Sem dúvida, as taxas de crescimento robustas do PIB e do PIB per capita no longo período permitiam que todas as camadas sociais fossem beneficiadas com uma alta taxa de geração de empregos urbanos e melhorias do padrão de consumo.[3]

A partir de 1980, porém, o "modelo desenvolvimentista" adotado pelo Estado desde a década de 1930 entra em colapso devido ao esgotamento da capacidade financeira do setor público, à crise do endividamento externo e ao descontrole inflacionário. A década de 1980, de fato, foi marcada por um baixo crescimento econômico, da ordem de apenas 1,6% a.a. em média, com uma redução real média de 0,56% a.a. do PIB per capita. Além disso, tornou-se clara a incapacidade do Estado em utilizar os instrumentos de política econômica no sentido de uma retomada consistente do crescimento.

A conjuntura econômica da década de 1980 conduziu a uma verdadeira regressão na estrutura econômica e social, cuja repercussão no mercado de trabalho resultou na deterioração das condições de ocupação, no aumento do desemprego e na redução dos rendimentos médios ao longo de toda a década (exceto em 1986, como resultado imediato do Plano Cruzado).[4]

A década de 1990 foi ainda mais surpreendente para aqueles que acreditavam ser a década de 1980 a "década perdida". Logo no triênio 1990-92 o PIB regrediu em termos reais e o país foi mergulhado numa forte recessão com o Plano Collor. A economia brasileira ingressava numa nova etapa de reestruturação industrial, abertura comercial e financeira, além de importantes transformações no papel do Estado – com as privatizações, e no mercado de trabalho – com o aumento da informalidade, da

---

[1] Professora adjunta da Faculdade Santa Lúcia e Faculdade de Direito de Mogi Mirim e doutorando pelo IE–Unicamp.

[2] Para maior aprofundamento no assunto, consultar o artigo de Barbosa de Oliveira (1998).

[3] Na década de 1960, a taxa média de crescimento do PIB foi de 6,2% a.a., enquanto o PIB per capita cresceu 3,2% a.a.. Na década de 1970, estes indicadores foram, respectivamente, 8,6% a.a. e 6 % a.a. A taxa média de crescimento anual do emprego urbano entre 1950-1980 foi de 5,1%. Dados extraídos do IBGE e FGV.

[4] Sobre a análise da estrutura sócio-ocupacional para o Brasil, consultar os trabalhos de Waldir Quadros neste Boletim.

precarização e da defesa de uma maior flexibilização. Estas características se aprofundaram no governo seguinte, como conseqüência da política econômica adotada com o Plano Real.

A taxa média de crescimento do PIB também foi bastante modesta na década de 1990[5] o que, aliado às transformações na estrutura produtiva nacional, impuseram maiores prejuízos à classe trabalhadora, com incremento da taxa de desemprego e tendência de estagnação dos rendimentos. A redução em termos absolutos do emprego agrícola e da participação da indústria foi parcialmente compensada pelo aumento de ocupações no setor terciário, mas com alto grau de informalidade e condições de trabalho geralmente precárias, com destaque para o crescimento da categoria "autônomos" (especialmente por "conta própria").

Entre 2001-2005, a política econômica do país sofreu poucas alterações, mas caracterizou-se por uma maior abrangência de programas de transferência de renda para as famílias, que parece ser o foco das políticas sociais do governo atual. No entanto, em termos gerais, permanece uma estrutura de distribuição de renda bastante desigual, com baixos salários e precariedade no mercado de trabalho, a despeito de uma relativa recuperação do emprego formal.

Tendo em vista a regressão econômica e social vivida pelo Brasil nas últimas décadas, este artigo tem por objetivo geral uma caracterização da estrutura sócio-ocupacional das regiões Centro-Oeste e Norte, analisando os indivíduos que declararam renda na PNAD – ocupados e sem ocupação – e a sua distribuição nos estratos sociais, no período que compreende 1995 a 2004, pós-estabilização monetária.[6]

A escolha deste recorte temporal se deve à estabilização monetária promovida a partir do Plano Real, em 1994. A política econômica adotada no Brasil desde então sofreu poucas alterações, mantendo uma característica de uniformidade nos indicadores macroeconômicos, mesmo a partir de 1999, com a desvalorização cambial e a recuperação das contas externas. Como resultado, a economia brasileira convive, há uma década, com taxas pífias de crescimento do PIB, altas taxas de desemprego e deterioração das condições de ocupação e renda. Neste cenário, cresce a importância dos programas de transferência de renda, tanto os previdenciários – como aposentadorias e seguro-desemprego, quanto os assistenciais – como o Bolsa-Família e o BPC (Benefício de Prestação Continuada).

Os dados para o ano de 2005 estão disponíveis e serão apresentados, mas não farão parte da análise aqui proposta, atendendo ao critério metodológico desta pesquisa, que considera com precaução a exuberância dos resultados obtidos.[7]

Este artigo é composto de quatro seções. Na primeira, serão apresentados alguns indicadores básicos de crescimento econômico e populacional das regiões Centro-Oeste e Norte. O objetivo é mapear o recente desenvolvimento destas que são consideradas fronteiras de expansão do Brasil e que têm apresentado notável dinamismo econômico, em que pese sua pequena representatividade na composição do PIB nacional.

Na segunda e terceira seções, serão analisadas respectivamente as estruturas sócio-ocupacionais das regiões Centro-Oeste e Norte, considerando o desempenho do grupo dos ocupados e do grupo dos sem

---

[5] Entre 1991-2000, o PIB cresceu apenas 2,65% a.a. em média, com grandes oscilações ao longo do período. O crescimento do PIB per capita foi de modesto 1,06% a.a. Dados extraídos do IBGE e FGV.

[6] É importante salientar que este trabalho é parte integrante de uma pesquisa sobre desigualdade social no Brasil e nas Grandes Regiões entre 1981 a 2005, coordenada pelo Prof. Waldir Quadros, utilizando dados da PNAD, com metodologia própria. As demais regiões geográficas do Brasil estão sendo estudadas por outros pesquisadores da equipe.

[7] Os resultados da PNAD 2005 são analisados nos artigos de Waldir Quadros e Alexandre Gori Maia, que também constam desta edição.

ocupação com renda, que são basicamente beneficiários dos diversos programas de transferência de renda do governo. Além disso, **os grupos serão desagregados em estratos sociais, no intuito de avaliar o grau de mobilidade social apresentado pela classe média no Brasil na última década**.

É de suma importância esclarecer que a PNAD não capta os rendimentos das classes mais abastadas do país, visto que a informação de renda é fornecida pelo próprio entrevistado. Deste modo, quando se considera a desagregação dos estratos sociais, não estão incluídos os ricos, isto é, a elite do país. Por isso, a nomenclatura adotada para os estratos sociais é **alta classe média, média classe média** etc. Este ponto deve ser bem compreendido, para não permitir aos desavisados ou mal intencionados argumentar, com os dados da PNAD, que está havendo uma desconcentração da riqueza nacional em favor dos mais pobres, com base numa suposta redução da renda apropriada pelos ricos.

Na verdade, o que os dados indicam é um empobrecimento da classe média e uma relativa melhora dos miseráveis. Isto não serve de alento para uma sociedade que viveu uma intensa mobilidade social positiva até o final da década de 1970, mas que há 25 anos vem sofrendo uma deterioração das condições socioeconômicas que só não atinge a cúpula da distribuição de renda, especialmente as classes contempladas pelas "benesses" da política econômica do juro alto e de caráter rentista.[8]

Por fim, a quarta seção apresenta uma comparação entre os resultados obtidos para as regiões aqui tratadas e as demais regiões do Brasil, cujas análises foram elaboradas por outros membros da equipe de pesquisa.

1 Indicadores de desempenho econômico e crescimento populacional das regiões Centro-Oeste e Norte

As regiões Centro-Oeste e Norte têm-se destacado nos últimos anos pelas suas taxas de crescimento econômico, quando comparadas às demais regiões do país. Entre 1996 e 2003, o Centro-Oeste cresceu a taxas médias de 4% a.a. enquanto a Região Norte mostrou um dinamismo ainda maior, atingindo um crescimento médio em torno de 5,4% a.a. A Região Sudeste foi a que menos cresceu no período – em torno de 2% a.a.; o Nordeste apresentou taxa média de 2,5% a.a.; e o Sul, em torno de 2,8% a.a. Para o Brasil, a taxa média anual de crescimento foi de 2,5%.

No mesmo período, as taxas médias de crescimento do PIB per capita, em torno de 1,9% a.a. na Região Centro-Oeste e de 2,1% a.a. no Norte, equiparam-se às regiões Nordeste e Sul do país, mas são bastante superiores à da Região Sudeste, que apresentou a modesta taxa de 1,4% a.a. em média.

Este desempenho do PIB per capita no Centro-Oeste e Norte, menor do que o esperado se observadas as taxas médias de crescimento do PIB em ambas regiões, indicam que estas têm recebido um volume superior de imigrantes inter-regionais quando comparadas às outras regiões do Brasil, conforme demonstram suas taxas de crescimento populacional.

As taxas médias de incremento populacional no Centro-Oeste e Norte entre 1996-2003 foram, respectivamente, de 2,2% a.a. e 2,5% a.a., enquanto o Sudeste cresceu em média 1,5% a.a., o Nordeste, 1,2% a.a. e o Sul, 1,3% a.a. [9]

---

[8] Sobre a questão metodológica da desagregação dos estratos sociais, consultar os trabalhos de Waldir Quadros neste Boletim.

[9] Dados de crescimento do PIB, do PIB per capita e da população extraídos do ***Relatório Evolução Recente do Mercado de Trabalho*** – Parte C, do Cesit/IE/Unicamp, junho de 2006.

Tal fato tem alterado sutilmente a participação das regiões no total da população brasileira, visto que o Centro-Oeste, entre 1999-2005, aumentou sua representatividade de 6,8% para 7,1% da população do país, enquanto a Região Norte ampliou seu percentual de 7,6% para 8% (IBGE).

As maiores taxas de crescimento econômico levaram as regiões Centro-Oeste e Norte a ampliarem a sua participação na composição do PIB nacional, mas ainda representam uma parcela muito pequena do total, somando 11,1% em 1995 e 12,8% em 2004.

Em termos de PIB per capita, a Região Norte apresentou um dos menores valores do país, R$ 6,5 mil em 2004, perdendo apenas para o Nordeste, com quase R$ 5 mil, e equivalendo a praticamente a metade do que registraram as regiões Sudeste e Sul, em torno de R$ 12 mil. A Região Centro-Oeste apresentou um valor mais alto, de R$ 10,4 mil, acima da média nacional de R$ 9,7 mil, positivamente influenciado pelo Distrito Federal, que apresenta a maior renda per capita do país, de R$ 19 mil (Contas Regionais do Brasil).[10]

O melhor desempenho das Regiões Centro-Oeste e Norte nos indicadores de crescimento do PIB e do PIB per capita não alteraram significativamente a sua participação no bolo da riqueza nacional, mas podem ter produzido um impacto positivo em suas estruturas sócio-ocupacionais, o que se pretende averiguar melhor ao longo deste trabalho.

A Tabela 1 demonstra que a tendência de melhor expansão econômica das regiões se verifica desde a década de 1980:

Tabela 1 – Evolução do Volume do Valor Adicionado Bruto das Grandes Regiões – Acumulado por Período 1985 a 2004

Grandes Regiões	Períodos			
	1985-1989	1990-1993	1994-2004	1985-2004
Norte	28%	11%	72%	172%
Nordeste	14%	4%	32%	64%
Sudeste	12%	3%	27%	47%
Sul	18%	14%	33%	81%
Centro-Oeste	21%	11%	47%	110%
Brasil	14%	6%	32%	63%

Fonte: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Entre 1985 e 2004, as regiões Norte e Centro-Oeste ultrapassaram as demais em termos de crescimento acumulado do PIB, mostrando respectivamente taxas de 172% e 110%, enquanto o Sudeste, que detém atualmente em torno de 55% da riqueza nacional, acumulou um crescimento de 47%. Naturalmente, o peso da Região Sudeste é muito grande, o que amplifica a sua contribuição em termos absolutos, mas é inegável o maior dinamismo das regiões Norte e Centro-Oeste, o que as tem caracterizado como fronteiras de expansão econômica do país.

[10] É importante ressaltar que, nesta seção do artigo, os indicadores econômicos e populacionais da região Centro-oeste incluem o Distrito Federal. No entanto, nas seções subseqüentes, os dados sobre os declarantes de renda excluem esta Unidade da Federação, que está sendo analisada em separado no trabalho de Vinícius Garcia.

1.2 Estrutura sócio-ocupacional e mobilidade social na Região Centro-Oeste[11]

A proporção entre as populações ocupadas e sem ocupação no Centro-Oeste se manteve praticamente constante até 1993, mas nota-se um considerável incremento dos beneficiários de transferência de renda entre 1995-2004, conforme mostra a Tabela 2. Enquanto o número de ocupados aumenta 30% no período, os desocupados mais do dobram o seu tamanho, crescendo em torno de 107%.

É fato que o número de aposentados e pensionistas tem crescido mais rapidamente nos últimos anos, decorrência da transição demográfica brasileira – o que aumenta em termos absolutos e relativos o volume de declarantes inativos incluídos nos programas de aposentadoria rural, BPC (Benefício de Prestação Continuada), aposentadoria por idade e por tempo de serviço. No entanto, não se pode negligenciar o fato de que a redução da participação dos ocupados também se deve a uma geração de emprego insuficiente para absorver o crescimento da PEA, visto que a taxa de participação no mercado de trabalho tem-se ampliado. Como conseqüência, cresce a taxa de desemprego, intensificando a dependência dos desocupados em relação aos programas de transferência de renda do governo, como o seguro-desemprego e demais programas assistenciais.

Tabela 2 – Composição dos indivíduos que declararam rendimento – Total – Centro-Oeste – 1981 a 2005

	Ocupados		Sem Ocupação		Total	
Ano	N. pessoas	%	N. pessoas	%	N. pessoas	%
1981	2.389.205	89,1	291.158	10,9	2.680.363	100,0
1982	2.564.025	90,8	260.712	9,2	2.824.737	100,0
1983	2.627.229	90,1	289.401	9,9	2.916.630	100,0
1984	2.474.437	89,2	299.204	10,8	2.773.641	100,0
1985	2.874.067	89,5	338.876	10,5	3.212.943	100,0
1986	2.717.915	89,7	312.994	10,3	3.030.909	100,0
1987	2.878.584	89,8	326.879	10,2	3.205.463	100,0
1988	3.241.422	89,3	387.095	10,7	3.628.517	100,0
1989	3.142.212	89,3	376.519	10,7	3.518.731	100,0
1990	3.673.925	89,7	422.390	10,3	4.096.315	100,0
1992	3.561.567	89,6	414.927	10,4	3.976.494	100,0
1993	3.614.265	89,2	439.789	10,8	4.054.054	100,0
1995	3.778.318	88,6	484.905	11,4	4.263.223	100,0
1996	3.745.236	87,4	541.711	12,6	4.286.947	100,0
1997	3.959.704	87,4	569.206	12,6	4.528.910	100,0
1998	4.124.221	87,0	618.979	13,0	4.743.200	100,0
1999	4.140.253	85,4	709.286	14,6	4.849.539	100,0
2001	4.437.576	85,4	758.237	14,6	5.195.813	100,0
2002	4.605.217	84,4	848.603	15,6	5.453.820	100,0
2003	4.619.737	82,9	954.827	17,1	5.574.564	100,0
2004	4.914.189	83,1	1.002.537	16,9	5.916.726	100,0
2005	4.933.016	82,5	1.042.878	17,5	5.975.894	100,0

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Prof. Waldir Quadros e equipe – Nov. 2006.

A evolução dos rendimentos médios, apresentada na Tabela 3, mostra que, a despeito das oscilações, os inativos apresentam maior crescimento de seu poder aquisitivo quando comparados aos ocupados, especialmente a partir de 1992. O período que compreende 2001-2004 mostra uma deterioração dos rendimentos dos dois grupos, com uma leve recuperação em 2004.

[11] Conforme alertado anteriormente, os dados regionais do Centro-oeste excluem a participação do Distrito Federal.

Tabela 3 – Evolução dos rendimentos médios dos declarantes (1) – Total – Centro-Oeste – 1981 a 2005

	Ocupados		Sem Ocupação		Total	
Ano	R$	Índice	R$	Índice	R$	Índice
1981	756,6	100,0	415,9	100,0	719,6	100,0
1982	751,9	99,4	462,0	111,1	725,2	100,8
1983	660,6	87,3	330,6	79,5	627,8	87,3
1984	693,6	91,7	349,8	84,1	656,5	91,2
1985	816,9	108,0	409,4	98,4	773,9	107,5
1986	1.417,3	187,3	540,2	129,9	1.326,7	184,4
1987	926,2	122,4	439,0	105,5	876,5	121,8
1988	799,7	105,7	359,6	86,5	752,8	104,6
1989	929,6	122,9	379,9	91,3	870,8	121,0
1990	838,6	110,8	400,1	96,2	793,4	110,3
1992	646,3	85,4	442,8	106,5	625,1	86,9
1993	717,6	94,9	451,1	108,5	688,7	95,7
1995	756,8	100,0	479,7	115,3	725,3	100,8
1996	841,1	111,2	511,5	123,0	799,5	111,1
1997	838,9	110,9	520,1	125,0	798,8	111,0
1998	841,9	111,3	555,8	133,6	804,6	111,8
1999	765,4	101,2	575,0	138,2	737,5	102,5
2001	811,5	107,3	522,2	125,5	769,3	106,9
2002	820,5	108,4	496,4	119,4	770,0	107,0
2003	751,9	99,4	434,6	104,5	697,6	96,9
2004	791,7	104,6	469,4	112,9	737,1	102,4
2005	823,4	108,8	518,2	124,6	770,1	107,0

(1) Valores em Jan. 2006. Deflator: INPC corrigido/IPEA Data
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Prof. Waldir Quadros e equipe – Nov. 2006.

O crescimento substancial do número de declarantes sem ocupação, bem como seu melhor desempenho relativo nos rendimentos médios, levam a um aumento da sua participação no bolo da renda, conforme indica a Tabela 4.

Observando os dados em conjunto, tem-se uma ampliação tanto do número de inativos quanto de sua participação na renda no Centro-Oeste, confirmando uma tendência geral para todas as regiões do Brasil. As explicações para este fato podem ser encontradas não somente na ampliação do número de aposentados e pensionistas, mas também no desempenho desfavorável do mercado de trabalho, em especial a partir da década de 1990.

Tabela 4 – Evolução da participação dos declarantes na renda total (1) – Total – Centro-Oeste – 1981 a 2005

	Ocupados		Sem Ocupação		Total	
Ano	R$ (em mil)	%	R$ (em mil)	%	R$ (em mil)	%
1981	1.807.582,6	93,7	121.099,5	6,3	1.928.682,1	100,0
1982	1.928.008,8	94,1	120.458,9	5,9	2.048.467,8	100,0
1983	1.735.469,7	94,8	95.685,9	5,2	1.831.155,5	100,0
1984	1.716.248,4	94,3	104.662,7	5,7	1.820.911,1	100,0
1985	2.347.694,6	94,4	138.746,4	5,6	2.486.441,1	100,0
1986	3.852.148,3	95,8	169.094,7	4,2	4.021.243,0	100,0
1987	2.666.165,2	94,9	143.493,5	5,1	2.809.658,7	100,0
1988	2.592.258,5	94,9	139.208,9	5,1	2.731.467,4	100,0

Continua...

Tabela 4 – Continuação

	Ocupados		Sem Ocupação		Total	
Ano	R$ (em mil)	%	R$ (em mil)	%	R$ (em mil)	%
1989	2.921.117,6	95,3	143.031,1	4,7	3.064.148,7	100,0
1990	3.081.024,7	94,8	169.013,5	5,2	3.250.038,2	100,0
1992	2.302.015,8	92,6	183.715,6	7,4	2.485.731,4	100,0
1993	2.593.631,2	92,9	198.4024	7,1	2.792.033,6	100,0
1995	2.859.376,0	92,5	232.618,1	7,5	3.091.994,1	100,0
1996	3.150.130,9	91,9	277.105,7	8,1	3.427.236,5	100,0
1997	3.321.647,2	91,8	296.029,2	8,2	3.617.676,4	100,0
1998	3.472.209,6	91,0	344.019,3	9,0	3.816.228,9	100,0
1999	3.168.926,7	88,6	407.846,2	11,4	3.576.772,9	100,0
2001	3.601.098,4	90,1	395.945,5	9,9	3.997.043,9	100,0
2002	3.778.424,5	90,0	421.278,9	10,0	4.199.703,4	100,0
2003	3.473.649,8	89,3	414.988,5	10,7	3.888.638,3	100,0
2004	3.890.522,3	89,2	470.582,0	10,8	4.361.104,4	100,0
2005	4.061.657,8	88,3	540.459,0	11,7	4.602.116,8	100,0

(1) Valores em Jan. 2006. Deflator: INPC corrigido/IPEA Data
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Prof. Waldir Quadros e equipe – Nov. 2006.

A desagregação dos declarantes em estratos sociais é apresentada na Tabela 5. Os dois estratos superiores de renda representam apenas cerca de 11% do total e têm declinado na última década, enquanto os estratos inferiores da classe média ampliam sua participação. Tal fato parece indicar uma ascensão social do grupo dos miseráveis, que teve sua participação reduzida entre 1995 e 2004.

Tabela 5 – Distribuição dos declarantes nos estratos sociais – Total – Total – Centro-Oeste – 1981 a 2005

Ano	Estratos Sociais (em %)					
	Alta Classe Média	Média Classe Média	Baixa Classe Média	Massa Trabalhadora	Miseráveis	
1981	4,2	6,7	25,3	27,1	36,7	100,0
1982	4,5	7,0	23,7	29,0	35,9	100,0
1983	3,4	6,5	18,5	26,5	45,2	100,0
1984	3,4	6,4	18,3	27,1	44,7	100,0
1985	5,0	7,5	21,4	32,3	33,8	100,0
1986	9,7	12,1	31,5	25,9	20,8	100,0
1987	5,7	8,6	22,4	27,2	36,1	100,0
1988	4,6	5,9	18,4	24,9	46,2	100,0
1989	6,1	8,1	19,8	23,3	42,7	100,0
1990	5,3	7,3	22,4	23,1	41,8	100,0
1992	2,7	5,3	17,9	26,6	47,4	100,0
1993	3,8	6,1	18,5	23,5	48,2	100,0
1995	4,3	7,0	20,6	30,0	38,1	100,0
1996	5,8	8,1	24,9	26,8	34,5	100,0
1997	4,3	7,9	20,8	29,1	37,9	100,0
1998	4,6	8,1	21,5	29,6	36,2	100,0
1999	4,3	6,5	23,2	28,0	37,9	100,0
2001	4,6	6,9	22,8	30,8	35,0	100,0
2002	4,3	6,6	22,1	29,4	37,6	100,0
2003	4,1	5,7	23,6	29,4	37,1	100,0
2004	3,6	6,3	22,9	33,4	33,7	100,0
2005	4,0	7,3	26,2	44,9	17,6	100,0

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Prof. Waldir Quadros e equipe – Nov. 2006.

A tendência apresentada é de leve encolhimento da alta e média classe média, ao passo que uma parte dos miseráveis ascende para o estrato da classe trabalhadora. Este contexto denota uma sutil desconcentração de renda no âmbito da sociedade brasileira, mas o número de miseráveis é ainda assustadoramente grande – um terço do total, que aufere no máximo R$ 250,00 por mês.

Portanto, a despeito de uma redução da classe miserável, o Centro-Oeste, a exemplo das outras regiões do Brasil, ainda convive com baixos salários e uma estrutura social perversa. Na ausência de uma política econômica voltada para o crescimento e geração de emprego e de políticas sociais voltadas para promover a inclusão social, este cenário não se deve alterar num ritmo mais acelerado nas próximas décadas.

Ao desagregar o universo dos declarantes entre os ocupados e os inativos, conforme mostram as Tabelas 6 e 7, observa-se que a situação dos inativos é sensivelmente pior que a dos ocupados.

Tabela 6 – Distribuição dos Declarantes nos Estratos Sociais – Ocupados – Total – Centro-Oeste – 1981 a 2005

Ano	Estratos Sociais (em %)					
	Alta Classe Média	Média Classe Média	Baixa Classe Média	Massa Trabalhadora	Miseráveis	
1981	4,4	7,2	27,1	28,4	32,9	100,0
1982	4,7	7,3	25,0	30,4	32,7	100,0
1983	3,6	6,9	19,5	28,2	41,8	100,0
1984	3,6	6,9	19,6	29,0	40,8	100,0
1985	5,3	8,1	22,8	34,5	29,4	100,0
1986	10,5	12,8	33,8	26,1	16,7	100,0
1987	6,1	9,1	23,8	28,8	32,1	100,0
1988	4,9	6,3	19,7	26,7	42,4	100,0
1989	6,6	8,6	21,2	24,7	38,9	100,0
1990	5,7	7,8	24,0	24,5	38,1	100,0
1992	2,8	5,5	19,0	26,8	45,8	100,0
1993	4,0	6,3	19,8	25,1	44,8	100,0
1995	4,6	7,4	21,9	30,3	35,8	100,0
1996	6,2	8,5	26,8	28,8	29,7	100,0
1997	4,5	8,4	22,4	31,5	33,2	100,0
1998	4,8	8,5	23,1	31,9	31,7	100,0
1999	4,5	6,9	25,1	30,3	33,3	100,0
2001	4,9	7,2	24,9	33,6	29,3	100,0
2002	4,6	7,1	24,2	32,4	31,6	100,0
2003	4,5	6,2	26,6	33,0	29,6	100,0
2004	4,0	6,8	25,4	37,1	26,7	100,0
2005	4,4	7,9	28,9	42,0	16,9	100,0

Fonte: PNAD/IBGE
Elaboração: Prof. Waldir Quadros e equipe – Nov. 2006

Entre os declarantes ocupados, ocorre uma sutil redução da participação dos estratos superiores, que cai de 12% em 1995 para 10,8% em 2004. Em contrapartida, a baixa classe média e a massa trabalhadora se expandem consideravelmente, como conseqüência da mobilidade social observada nos estratos extremos da distribuição – a já citada redução da alta e média classe média e queda substancial do grupo dos miseráveis, que representam pouco mais de um quarto do total dos ocupados em 2004.

Tabela 7 – Distribuição dos declarantes nos estratos sociais – Sem ocupação – Total – Centro-Oeste – 1981 a 2005

Ano	Estratos Sociais (em %)					
	Alta Classe Média	Média Classe Média	Baixa Classe Média	Massa Trabalhadora	Miseráveis	
1981	1,9	3,1	10,7	16,2	68,1	100,0
1982	2,0	4,1	11,0	15,4	67,5	100,0
1983	1,1	2,8	9,3	10,5	76,3	100,0
1984	1,5	2,6	7,7	11,1	77,1	100,0
1985	2,2	2,7	10,0	14,1	71,0	100,0
1986	2,6	5,7	11,3	23,7	56,6	100,0
1987	1,8	3,9	9,5	13,3	71,5	100,0
1988	2,2	2,6	7,1	9,5	78,6	100,0
1989	2,2	3,8	7,9	11,2	74,8	100,0
1990	2,0	3,3	8,9	11,5	74,3	100,0
1992	1,6	3,2	8,7	24,8	61,7	100,0
1993	2,1	4,0	7,6	10,2	76,1	100,0
1995	2,0	3,9	10,4	28,1	55,6	100,0
1996	3,0	5,0	11,2	13,0	67,7	100,0
1997	2,5	4,7	10,0	12,1	70,6	100,0
1998	2,9	5,3	10,7	14,4	66,8	100,0
1999	3,4	4,7	12,2	14,8	64,9	100,0
2001	2,5	4,9	10,5	14,1	68,1	100,0
2002	2,5	3,9	10,4	13,0	70,1	100,0
2003	1,9	3,4	9,4	12,2	73,2	100,0
2004	1,7	4,1	10,7	15,5	68,1	100,0
2005	2,4	4,5	13,8	58,4	20,9	100,0

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Prof. Waldir Quadros e equipe – Nov. 2006.

É possível considerar que houve uma melhora na estrutura social dos ocupados na Região Centro-Oeste, especialmente se levada em conta a significativa redução do número de miseráveis entre 1995-2004. Mas a mobilidade social fica restrita aos estratos intermediários da distribuição, visto que as classes de maior poder aquisitivo sofreram um estreitamento.

Quanto ao grupo dos inativos, as classes superiores representam menos de 6% do total e se mantêm praticamente constantes entre 1995-2004, com um leve achatamento da alta classe média. Por outro lado, a massa trabalhadora sofre uma mobilidade social descendente, engrossando a massa dos miseráveis, que representa nada menos que 68% dos inativos em 2004.

Fica claro que há uma forte deterioração da situação socioeconômica dos declarantes desocupados, indicando que, no Centro-Oeste, os programas de transferência de renda não têm sido eficazes na redução da exclusão social. É preciso ponderar também que o ingresso de novos contingentes de beneficiários impõe dificuldades adicionais para a melhoria social desse grupo.

1.3 Estrutura sócio-ocupacional e mobilidade social na Região Norte[12]

A tendência de aumento da participação número de inativos entre os declarantes de renda também é verificada na Região Norte, a exemplo do que aconteceu no Centro-Oeste. Entre 1995-2004, a população ocupada cresce 64,5%, mas a população inativa destaca-se com um incremento em torno de 136%,

[12] Para efeitos de padronização da série temporal, os dados sobre a região Norte incluem apenas as áreas urbanas, inclusive para os anos de 2004 e 2005, quando a PNAD passou a incorporar as áreas rurais em sua amostra.

elevando sua participação no total dos declarantes de 13,1% em 1995 para 17,7% em 2004, conforme mostra a Tabela 8.

A perda de poder aquisitivo dos rendimentos médios, no entanto, é consideravelmente pior para a Região Norte, especialmente para aqueles que desempenham uma ocupação (Tabela 9). Se considerado apenas o período 1995-2004, a redução real dos rendimentos é praticamente a mesma para os grupos, cerca de 19%, mas o desempenho dos rendimentos dos ocupados é sofrível desde o início dos anos 1990, pois não logrou recuperar sequer o valor real demonstrado em 1981.

Tal situação parece indicar que a deterioração das condições de ocupação no mercado de trabalho da Região Norte foi mais acentuada do que no Centro-Oeste, visto que os rendimentos reais auferidos no Norte são sempre menores e, principalmente, a perda de poder aquisitivo foi muito maior.

O aumento da participação dos inativos e seu melhor desempenho em termos de rendimentos médios justificam o crescimento relativo da apropriação de renda deste grupo. Conforme indica a Tabela 10, entre 1995-2004, os declarantes sem ocupação ampliam sua participação no bolo da renda de 9% para 12,5%.

Tabela 8 – Composição dos Indivíduos que Declararam Rendimento – Total – Norte – 1981 a 2005

Ano	Ocupados		Sem Ocupação		Total	
	N. pessoas	%	N. pessoas	%	N. pessoas	%
1981	1.017.329	87,0	151.560	13,0	1.168.890	100,0
1982	1.105.047	88,5	143.538	11,5	1.248.585	100,0
1983	1.129.412	88,0	153.545	12,0	1.282.957	100,0
1984	1.314.554	88,2	175.843	11,8	1.490.397	100,0
1985	1.401.729	88,7	179.322	11,3	1.581.051	100,0
1986	1.536.973	88,9	192.627	11,1	1.729.600	100,0
1987	1.665.046	89,4	196.714	10,6	1.861.760	100,0
1988	1.646.198	87,4	236.387	12,6	1.882.585	100,0
1989	1.873.228	88,2	251.465	11,8	2.124.693	100,0
1990	1.966.052	87,7	275.030	12,3	2.241.082	100,0
1992	2.342.281	88,2	313.283	11,8	2.655.564	100,0
1993	2.449.576	87,9	336.375	12,1	2.785.951	100,0
1995	2.624.710	86,9	394.309	13,1	3.019.019	100,0
1996	2.613.605	86,3	414.320	13,7	3.027.925	100,0
1997	2.760.140	86,2	442.269	13,8	3.202.410	100,0
1998	2.892.949	86,2	464.936	13,8	3.357.885	100,0
1999	3.062.101	85,2	533.822	14,8	3.595.923	100,0
2001	3.631.428	84,7	654.181	15,3	4.285.609	100,0
2002	3.841.459	83,3	771.273	16,7	4.612.732	100,0
2003	4.032.924	81,5	913.047	18,5	4.945.971	100,0
2004	4.317.856	82,3	930.003	17,7	5.247.859	100,0
2005	4.525.853	81,9	1.003.349	18,1	5.529.202	100,0

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Prof. Waldir Quadros e equipe – Nov. 2006.

Até o momento, a análise comparativa das regiões Centro-Oeste e Norte leva a algumas considerações: em primeiro lugar, na Região Norte o grupo dos inativos é mais representativo, o que se reflete também em uma porcentagem comparativamente maior em sua apropriação de renda em detrimento dos ocupados. No entanto, a evolução dos rendimentos médios dos inativos é mais favorável na Região Centro-Oeste.

Segundo, e não deixa de ser decorrência do que foi exposto acima, a Região Centro-Oeste tem apresentado um melhor desempenho em seu mercado de trabalho, tanto em termos absolutos de rendimentos, como na manutenção de seu poder de compra. Isto parece indicar que a geração de ocupações no Centro-Oeste tem sido mais dinâmica, o que reduz a dependência da população dos programas assistenciais do governo.

Tabela 9 – Evolução dos Rendimentos Médios dos Declarantes (1) – Total – Norte – 1981 a 2005

Ano	Ocupados		Sem Ocupação		Total	
	R$	Índice	R$	Índice	R$	Índice
1981	932,8	100,0	488,6	100,0	875,2	100,0
1982	977,0	104,7	481,5	98,5	920,1	105,1
1983	848,1	90,9	422,1	86,4	797,1	91,1
1984	854,0	91,6	385,6	78,9	798,7	91,3
1985	1.034,5	110,9	476,4	97,5	971,2	111,0
1986	1.416,7	151,9	597,9	122,4	1.325,5	151,5
1987	1.012,0	108,5	430,2	88,0	950,5	108,6
1988	864,5	92,7	358,9	73,4	801,0	91,5
1989	1.068,4	114,5	419,0	85,8	991,6	113,3
1990	1.011,0	108,4	480,2	98,3	945,9	108,1
1992	624,5	66,9	398,0	81,5	597,8	68,3
1993	695,5	74,6	430,8	88,2	663,5	75,8
1995	832,5	89,3	547,0	111,9	795,2	90,9
1996	838,0	89,8	471,4	96,5	787,9	90,0
1997	808,8	86,7	517,2	105,8	768,5	87,8
1998	789,4	84,6	534,1	109,3	754,0	86,2
1999	731,3	78,4	515,2	105,4	699,2	79,9
2001	743,9	79,8	525,5	107,5	710,6	81,2
2002	721,6	77,4	452,0	92,5	676,5	77,3
2003	632,1	67,8	389,6	79,7	587,3	67,1
2004	676,2	72,5	449,1	91,9	636,0	72,7
2005	703,8	75,4	444,9	91,1	656,8	75,0

(1) Valores em Jan. 2006. Deflator: INPC corrigido/IPEA Data
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Prof. Waldir Quadros e equipe – Nov. 2006.

Tabela 10 – Evolução da Participação dos Declarantes na Renda Total (1) – Total – Norte – 1981 a 2005

Ano	Ocupados		Sem Ocupação		Total	
	R$ (em mil)	%	R$ (em mil)	%	R$ (em mil)	%
1981	948.953,0	92,8	74.057,2	7,2	1.023.010,2	100,0
1982	1.079.653,3	94,0	69.109,2	6,0	1.148.762,4	100,0
1983	957.865,6	93,7	64.805,6	6,3	1.022.671,1	100,0
1984	1.122.633,7	94,3	67.810,5	5,7	1.190.444,2	100,0
1985	1.450.076,7	94,4	85.420,8	5,6	1.535.497,5	100,0
1986	2.177.486,2	95,0	115.180,7	5,0	2.292.666,8	100,0
1987	1.685.051,5	95,2	84.632,3	4,8	1.769.683,8	100,0
1988	1.423.105,2	94,4	84.838,7	5,6	1.507.943,9	100,0
1989	2.001.377,0	95,0	105.370,7	5,0	2.106.747,7	100,0
1990	1.987.673,1	93,8	132.072,7	6,2	2.119.745,7	100,0
1992	1.462.675,9	92,1	124.692,0	7,9	1.587.367,9	100,0

Continua...

Tabela 10 – Continuação

Ano	Ocupados		Sem Ocupação		Total	
	R$ (em mil)	%	R$ (em mil)	%	R$ (em mil)	%
1993	1.703.701,3	92,2	144.906,2	7,8	1.848.607,5	100,0
1995	2.185.179,7	91,0	215.690,3	9,0	2.400.870,0	100,0
1996	2.190.270,2	91,8	195.330,7	8,2	2.385.601,0	100,0
1997	2.232.454,8	90,7	228.737,4	9,3	2.461.192,2	100,0
1998	2.283.615,7	90,2	248.309,8	9,8	2.531.925,5	100,0
1999	2.239.189,2	89,1	275.035,1	10,9	2.514.224,3	100,0
2001	2.701.575,0	88,7	343.770,5	11,3	3.045.345,5	100,0
2002	2.771.860,2	88,8	348.578,0	11,2	3.120.438,2	100,0
2003	2.549.124,7	87,8	355.725,8	12,2	2.904.850,5	100,0
2004	2.919.726,4	87,5	417.698,0	12,5	3.337.424,5	100,0
2005	3.185.097,8	87,7	446.422,5	12,3	3.631.520,3	100,0

(1) Valores em Jan. 2006. Deflator: INPC corrigido/IPEA Data

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Prof. Waldir Quadros e equipe – Nov. 2006.

Agora, resta analisar a distribuição dos declarantes da Região Norte entre os estratos sociais, conforme exposto na Tabela 11.

Observando o desempenho das classes sociais entre 1995-2004, percebe-se uma clara mobilidade descendente para os estratos de renda superiores, que somam 13% em 1995 e 8,8% em 2004. A baixa classe média também perde participação, enquanto os estratos inferiores e, especialmente, o grupo dos miseráveis, amplia-se bastante, atingindo 41,3% do total.

Essa deterioração das possibilidades de ascensão nos estratos sociais é mais marcante na Região Norte do que foi observado no Centro-Oeste, que contou com um aumento dos estratos referentes à baixa classe média e massa trabalhadora e reduziu seu número de miseráveis.

Portanto, os declarantes do Centro-Oeste tiveram um certo grau de mobilidade social positiva, mesmo que modesta e concentrada nos estratos intermediários da distribuição, mas na Região Norte os canais de ascensão foram totalmente eliminados na última década, mantendo parcela significativa da população na base da pirâmide social.

Tabela 11 – Distribuição dos Declarantes nos Estratos Sociais – Total – Total – Norte – 1981 a 2005

Ano	Estratos Sociais (em %)					
	Alta Classe Média	Média Classe Média	Baixa Classe Média	Massa Trabalhadora	Miseráveis	
1981	4,7	9,8	33,1	25,9	26,4	100,0
1982	6,3	10,1	31,3	25,6	26,7	100,0
1983	4,8	9,8	23,9	27,1	34,3	100,0
1984	4,3	8,2	27,0	26,8	33,8	100,0
1985	6,5	10,8	29,1	27,9	25,6	100,0
1986	10,2	15,2	33,5	25,5	15,6	100,0
1987	6,2	11,2	27,5	25,7	29,4	100,0
1988	4,9	7,6	22,4	25,9	39,2	100,0
1989	7,6	10,2	24,3	23,8	34,1	100,0
1990	6,2	10,3	27,0	21,2	35,3	100,0
1992	3,0	6,2	20,1	24,4	46,4	100,0
1993	3,7	5,9	18,7	24,4	47,2	100,0
1995	5,1	7,9	22,6	28,2	36,2	100,0

Continua...

Tabela 11 – Continuação

Ano	Estratos Sociais (em %)					
	Alta Classe Média	Média Classe Média	Baixa Classe Média	Massa Trabalhadora	Miseráveis	
1996	6,0	9,3	24,8	24,8	35,2	100,0
1997	4,2	8,8	20,6	24,8	41,6	100,0
1998	4,5	8,5	20,9	24,9	41,2	100,0
1999	4,0	7,3	22,0	24,9	41,8	100,0
2001	3,7	6,8	22,3	30,1	37,0	100,0
2002	3,2	6,6	19,3	27,9	43,0	100,0
2003	2,7	5,1	19,7	28,1	44,5	100,0
2004	2,9	5,9	20,0	29,9	41,3	100,0
2005	3,1	5,9	23,3	44,8	22,8	100,0

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Prof. Waldir Quadros e equipe – Nov. 2006.

O desempenho do grupo dos ocupados segundo estratos sociais é notoriamente melhor que o dos inativos, conforme apresentado nas Tabelas 12 e 13.

Para os ocupados, a tendência de redução da participação dos estratos superiores se mantém: passa de 13,8% em 1995 para 9,6% em 2004. O estrato da baixa classe média também perde representatividade, com aumento relativo da massa trabalhadora e dos miseráveis.

Mais uma vez, a situação dos ocupados no Norte é sensivelmente pior do que no Centro-Oeste. A mobilidade social é totalmente descendente, indicando um desempenho altamente desfavorável do mercado de trabalho nessa região.

Tabela 12 – Distribuição dos Declarantes nos Estratos Sociais – Ocupados – Total – Norte – 1981 a 2005

Ano	Estratos Sociais (em %)					
	Alta Classe Média	Média Classe Média	Baixa Classe Média	Massa Trabalhadora	Miseráveis	
1981	5,2	10,6	35,6	27,5	21,2	100,0
1982	6,9	10,7	33,5	27,0	21,8	100,0
1983	5,2	10,6	25,5	28,8	29,8	100,0
1984	4,7	8,9	29,0	28,2	29,2	100,0
1985	7,1	11,5	31,3	29,4	20,7	100,0
1986	11,1	16,2	36,1	26,1	10,4	100,0
1987	6,6	12,1	29,6	27,2	24,5	100,0
1988	5,4	8,3	24,2	28,0	34,1	100,0
1989	8,4	11,0	26,0	25,2	29,4	100,0
1990	6,6	11,1	29,2	22,5	30,6	100,0
1992	3,2	6,7	21,5	24,2	44,4	100,0
1993	4,0	6,3	19,8	25,7	44,2	100,0
1995	5,5	8,3	24,3	28,0	33,9	100,0
1996	6,6	10,0	26,8	25,9	30,8	100,0
1997	4,6	9,1	22,4	26,5	37,3	100,0
1998	4,8	8,9	22,5	26,7	37,1	100,0
1999	4,3	7,6	24,0	26,7	37,5	100,0
2001	4,0	7,2	24,1	32,5	32,2	100,0
2002	3,5	7,1	21,1	30,9	37,3	100,0
2003	3,1	5,4	22,1	31,7	37,7	100,0
2004	3,1	6,5	22,3	33,4	34,7	100,0
2005	3,5	6,4	25,7	44,1	20,3	100,0

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Prof. Waldir Quadros e equipe – Nov. 2006.

Quanto ao grupo dos inativos, não há diferença significativa entre a Região Norte e Centro-Oeste. As classes sociais têm pesos semelhantes e demonstram a mesma tendência de redução significativa da participação da massa trabalhadora e ampliação do percentual de miseráveis.

Tabela 13 – Distribuição dos declarantes nos estratos sociais – Sem Ocupação – Total – Norte – 1981 a 2005

Ano	Estratos Sociais (em %)					
	Alta Classe Média	Média Classe Média	Baixa Classe Média	Massa Trabalhadora	Miseráveis	
1981	1,6	4,9	15,9	15,8	61,8	100,0
1982	2,0	4,8	13,8	15,0	64,5	100,0
1983	1,8	4,0	11,7	15,1	67,4	100,0
1984	1,2	2,8	11,6	16,1	68,3	100,0
1985	2,2	5,2	12,6	16,4	63,7	100,0
1986	2,8	6,9	12,7	20,8	56,8	100,0
1987	2,6	3,5	10,4	12,5	71,0	100,0
1988	1,6	3,0	9,4	11,4	74,6	100,0
1989	1,9	4,0	12,1	13,0	68,9	100,0
1990	2,9	4,8	11,0	12,1	69,1	100,0
1992	1,4	2,8	9,9	25,2	60,7	100,0
1993	1,5	3,6	10,9	15,1	68,9	100,0
1995	3,1	4,9	11,8	29,1	51,1	100,0
1996	2,3	5,0	12,1	17,9	62,8	100,0
1997	1,9	6,7	9,0	13,9	68,5	100,0
1998	2,7	5,9	10,5	14,0	66,8	100,0
1999	2,4	5,6	11,1	14,7	66,2	100,0
2001	2,0	5,1	12,0	17,0	63,9	100,0
2002	1,6	4,5	10,0	12,6	71,3	100,0
2003	1,2	3,7	9,0	12,0	74,3	100,0
2004	1,8	3,3	9,3	14,0	71,6	100,0
2005	1,5	3,9	12,8	47,6	34,2	100,0

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Prof. Waldir Quadros e equipe – Nov. 2006.

O desempenho das classes sociais na última década mostra que nem as condições do mercado de trabalho nem os programas de transferência de renda têm contribuído de maneira significativa para uma melhora das condições socioeconômicas nas regiões Centro-Oeste e Norte. Os mecanismos de mobilidade social ascendente são restritos na Região Centro-Oeste, enquanto na Região Norte há uma verdadeira regressão social, com achatamento dos dois estratos superiores e do intermediário, além de uma concentração populacional nas classes inferiores de renda – os pobres e os miseráveis.

No entanto, ao se comparar os ocupados com os inativos, chega-se à conclusão que a situação destes é muito mais precária, com cerca de 70% deles vivendo em condições miseráveis em 2004. Portanto, a despeito da importância dos mecanismos de transferência de renda, estes não parecem estar sendo eficazes na redução da exclusão social nas regiões aqui estudadas, pelo menos até 2004.[13]

A alternativa de melhora das condições econômicas e sociais parece repousar numa alteração da política econômica adotada no Brasil, no sentido de privilegiar o crescimento econômico e a geração de empregos. Esta desponta como a principal saída para evitar que um contingente cada vez maior de pessoas viva em condições marginalizadas e passe a depender exclusivamente dos programas assistenciais do governo.

[13] Os dados da PNAD 2005 mostram uma alteração radical deste cenário mas, conforme salientado anteriormente, não serão avaliados neste artigo, por serem considerados atípicos.

4 Uma análise comparativa do desempenho das regiões brasileiras

As maiores taxas de crescimento econômico das regiões Centro-Oeste e Norte na última década não contribuíram a ponto de alterar decisivamente suas estruturas sociais. Atuando como fronteiras de expansão, estas regiões têm recebido um grande volume de imigrantes, o que pode ser verificado por suas significativas taxas de crescimento populacional. Cresce com isso a demanda por maior geração de empregos, o que é confirmado pelo incremento percentual dos declarantes sem ocupação com renda em ambas regiões. Uma parte destes inativos está desocupada involuntariamente, dependendo com exclusividade dos programas de transferência de renda para sobreviver e sem oportunidades reais de inclusão permanente no mercado de trabalho e consumo.

A deterioração social é muito mais visível na Região Norte, cabendo salientar que a Região Centro-Oeste, em vista da grande entrada de imigrantes, conseguiu manter um desempenho relativamente favorável em seu mercado de trabalho. Isto pode ser constatado quando se observa a evolução dos rendimentos médios dos trabalhadores do Centro-Oeste, muito melhores que o da Região Norte, tendo inclusive ampliado o seu poder de compra quando comparado a 1981 e 1995 (exceto no ano de 2003). Num contexto de regressão social generalizada como vem ocorrendo no Brasil há 25 anos, este desempenho dos rendimentos na Região Centro-Oeste merece destaque.

Além disso, cabe ressaltar o desempenho das classes sociais no Centro-Oeste, que foi cenário de uma redução menos acentuada da alta e média classe média, ampliação da baixa classe média e da massa trabalhadora e redução significativa do estrato miserável entre os declarantes ocupados. Esse grau de mobilidade social ascendente vivido pelo Centro-Oeste, em vista de suas taxas vigorosas de crescimento populacional e conseqüente maior demanda por empregos, é sinal de um desempenho muito mais favorável de seu mercado de trabalho quando comparado inclusive às demais regiões do Brasil. No Norte, ao contrário, a mobilidade social é totalmente declinante: as classes superiores e intermediárias foram achatadas, cedendo espaço para o aumento proporcional dos extremos inferiores da distribuição – a população de pobres e miseráveis.

A seguir propõe-se uma **análise comparativa** das grandes regiões do Brasil entre 1995-2004, a fim de colocar em perspectiva o desempenho das regiões Centro-Oeste e Norte.

Todas as regiões brasileiras apresentam a mesma tendência de ampliação relativa do grupo dos ocupados sem renda. A Região Nordeste ocupa o primeiro lugar, com 24,7% de participação deste grupo em 2004. O Sudeste desponta em segundo lugar, com proporção de 21,9%, o Sul vem em terceiro, com 20% de inativos, e as regiões Norte e Centro-Oeste, nesta ordem, apresentam participações de 17,7% e 16,9%.

Vários fatores podem explicar a hierarquia estabelecida acima: o Nordeste é a região mais pobre do país, com os menores rendimentos médios – da ordem de R$ 461,00 para os ocupados e R$ 355,00 para os sem ocupação em 2004, e por esta razão tem sido destino de grande parte dos programas de transferência de renda do governo.

A Região Sudeste constitui um mercado de trabalho mais amadurecido, com maior proporção relativa de aposentados e pensionistas, além de apresentar maiores taxas de desemprego. Com isso, as transferências de renda passam a constituir uma parcela importante da renda total, seja para os aposentados, seja pelo seguro-desemprego ou outros programas de renda complementares.

A Região Sul denota características semelhantes ao Sudeste em termos de mercado de trabalho, mas especialmente no tocante ao crescimento do número de aposentados e pensionistas. A emigração de pessoas em idade ativa contribui para o envelhecimento relativo da população do Sul.

Por fim, as regiões Norte e Centro-Oeste têm recebido muitos imigrantes e ampliado suas taxas de participação no mercado de trabalho. Além disso, o crescimento econômico mais acentuado na última década permite que maior parte da PEA sobreviva através do mercado de trabalho, reduzindo relativamente a dependência dos programas de transferência de renda.

De qualquer maneira, a despeito da tendência geral de envelhecimento da população e aumento do número de aposentados e pensionistas, existe uma forte indicação de que a geração de emprego na última década tem sido insuficiente para absorver os ingressantes no mercado de trabalho, ampliando mais do que seria esperado a participação dos inativos no total da população que aufere renda.

Ao hierarquizar o valor absoluto dos rendimentos médios em 2004 e a evolução de seu poder aquisitivo desde 1981, excluindo o Distrito Federal, que notoriamente apresenta os maiores valores, tem-se a Região Sudeste em primeiro lugar, com rendimentos de R$ 943,00 para os ocupados e R$ 744,00 para os sem ocupação. O Sul ocupa o segundo lugar, com os respectivos valores de R$ 888,00 e R$ 647,00. O Centro-Oeste vem em terceiro na escala dos rendimentos, com R$ 791,00 e R$ 469,00. O Norte figura em quarto lugar, com R$ 676,00 e R$ 449,00 e o Nordeste, como já citado acima, ocupa o último lugar.

Em que pesem as diferenças de poder aquisitivo das regiões, compatível com o seu grau de desenvolvimento econômico, a tendência geral observada é de declínio consistente do poder de compra dos rendimentos dos declarantes desde 1995, notadamente do grupo dos ocupados, que chegam a apresentar rendimentos médios reais inferiores ao ano de 1981. É o caso das regiões Sudeste, Sul, Norte e Nordeste. Apenas o Centro-Oeste apresenta um rendimento médio dos ocupados em 2004 que é ligeiramente superior ao de 1981. O grupo dos inativos apresenta um melhor desempenho, auferindo em 2004 rendimentos superiores aos da década de 1980, mas desde 2002 o poder aquisitivo deste grupo vem-se deteriorando.

A análise da desagregação por estratos sociais permite aferir o grau de mobilidade social da classe média e dos estratos inferiores nas grandes regiões. Considerando o universo dos declarantes de renda, constata-se que há uma tendência generalizada de redução da participação da alta e média classe média entre 1995 e 2004. A baixa classe média amplia-se proporcionalmente nas regiões Sul e Centro-Oeste, mantém-se constante na Região Sudeste e reduz sua participação nas demais. A massa trabalhadora cresce no Sudeste, Sul, Centro-Oeste e Norte, mantendo-se inalterada proporcionalmente no Nordeste. Por fim, a participação do estrato inferior da distribuição, o dos miseráveis, sofre um incremento nas regiões Nordeste e Norte, se reduz no Sul e Centro-Oeste e permanece estável no Sudeste.

Os dados indicam que o grau de mobilidade social ascendente apresenta uma tendência uniforme e tem sido restrito para todas as regiões, o que não é surpresa considerando o desempenho desfavorável generalizado dos rendimentos médios. As maiores mudanças ocorreram nos extremos da distribuição, ampliando a participação relativa das classes intermediárias, visto o achatamento das classes alta e média e a redução da proporção de miseráveis, que passam a engrossar as fileiras da classe trabalhadora.

Um retrato das classes sociais no Brasil em 2004 apresenta a seguinte classificação: o Sudeste é a região mais favorável, com maior participação dos estratos superiores – de 14,8%, e menor peso relativo da população miserável, de 26,6%. O Sul, segundo colocado, tem 13,6% dos declarantes nos estratos da alta e média classe média e 29,2% de miseráveis. A Região Centro-Oeste vem a seguir, com participações respectivas de 9,9% e 33,7%. O Norte ocupa o quarto lugar na hierarquia, com 8,8% e 41,3%. Por fim, o Nordeste é a região com o maior peso da população miserável, que representa 62,4% do total, enquanto as classes alta e média somam apenas 4,9%.

Cabe ainda considerar que o desempenho segundo estratos sociais da população ocupada segue a mesma tendência da população total, mas é significativamente melhor do que o desempenho do grupo dos

sem ocupação com renda. Neste caso, o estrato dos miseráveis atinge proporções bastante elevadas, chegando a representar cerca de 70% dos inativos na Região Nordeste, Norte e Centro-Oeste em torno de 50% no Sudeste e Sul.

Considerações finais

Em suma, não há muito que comemorar quando se analisa o desempenho sócio-ocupacional e o grau de ascensão das classes sociais nas regiões brasileiras. O poder de compra dos rendimentos médios tem declinado, decorrência da deterioração das condições de ocupação e do alto nível de desemprego, e a eficácia dos programas de transferência de renda tem sido limitada no sentido de reduzir substancialmente a miséria, nem tem dado mostras de contribuir efetivamente para uma inserção dos desocupados no mercado de trabalho. Ao contrário, sua participação tem aumentado e tal fato não pode ser entendido apenas como decorrente da transição demográfica brasileira.

O que parece mais plausível é que a letargia das taxas de crescimento do país, conseqüência direta da política econômica recessiva adotada desde os anos 1990, seja o maior obstáculo para uma melhora no desempenho dos mercados de trabalho regionais. Com geração de empregos insuficiente e rendimentos achatados, fica difícil imaginar uma mobilidade social ascendente que ultrapasse os limites entre a miséria e os salários de subsistência.

Referência bibliográfica

BARBOSA DE OLIVEIRA, Carlos Alonso. Formação do mercado de trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, Marco Antonio (Org.). ***Economia & Trabalho***: textos básicos. Campinas, SP: Unicamp. IE, 1998.

ESPECIFICIDADE DA ESTRUTURA SOCIAL DO NORDESTE BRASILEIRO

Josiane Fachini Falvo[1]

A redução da desigualdade social no Nordeste brasileiro ainda é um grande desafio. Nos anos 2000, expandiu-se o montante de pobres nesta região, em grande medida devido à regressão social de indivíduos da classe média. Os programas assistenciais em voga, com altas taxas de cobertura no Nordeste, reduziram a miséria extrema, mas não modificaram significantemente a disparidade de renda.

A estrutura social do Nordeste explicita a condição de pobreza e miséria que atinge a maioria da população. Este ensaio compõe os estratos sociais da região através da distribuição dos indivíduos que declararam rendimentos na PNAD[2] em faixas de renda. Utilizaram-se dados quase exclusivamente acerca dos recursos auferidos. Entretanto, estamos cientes de que a desigualdade social é multidimensional e que cada sociedade tem aspectos próprios que caracterizam as formas de diferenciação entre as pessoas, que vão além da renda. Em ensaios futuros detalharemos informações referentes a outras dimensões da desigualdade.

São apresentados dados relativos ao intervalo entre 1981 e 2005, com o intuito de constituir um panorama da segmentação social regional. Contudo, uma "proxi" da estrutura social atual da região é adquirida por meio do detalhamento das informações relativas ao período pós-1999, em que vigorou a mesma diretriz macroeconômica, com políticas fiscal, monetária e cambial restritivas, que resultaram em crescimento econômico pífio. Relativizaremos os dados referentes à renda individual de 2005, porque ainda não temos elementos suficientes para explicar o comportamento atípico deste ano em relação aos anteriores.

Neste estudo, são comparadas as informações acerca dos declarantes de renda de toda a Região Nordeste e das metrópoles nordestinas. Os dados da região agregam a heterogeneidade das condições de vida dos nove estados que a compõem, mas simultaneamente, ressaltam a generalização da profunda desigualdade social. As Regiões Metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza formam um conjunto mais equânime e mostram as características do Nordeste urbano, mais desenvolvido economicamente em relação às demais localidades da região, mas cuja pobreza também é acentuada.

O texto está dividido em três seções. Na primeira, observa-se o comportamento dos indivíduos ocupados e dos sem ocupação que declaram renda própria. Em seguida, o total de declarantes é segmentado em camadas que constituem a estrutura social. Por fim, os dados sobre as Regiões Metropolitanas do Nordeste são comparados com as do Sudeste.

1 Comportamento dos rendimentos individuais

De 1981 a 2005, mais que duplicou o volume de indivíduos do Nordeste e de suas metrópoles que declaram seus rendimentos na PNAD. Não obstante, neste universo, o grupo de pessoas sem ocupação e com renda cresceu mais aceleradamente do que o dos ocupados, em decorrência do ganho de importância nesta sociedade dos aposentados, pensionistas e beneficiários de transferências de renda, como o Bolsa-

[1] Doutoranda em Desenvolvimento Econômico. Área de concentração: Economia Social e do Trabalho.

[2] PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), realizada anualmente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Família e o BPC (Benefício de Prestação Continuada). De 1999 a 2004, o montante absoluto destes indivíduos aumentou 37,6% em toda a região e 29,5% nas metrópoles. Conseqüentemente, a participação relativa também aumentou, principalmente no total do Nordeste (de 17,7% em 1999, para 24,7% em 2004) (Tabela 1).

A ampliação dos declarantes ocupados foi bem menor, principalmente na Região Nordeste, onde a quantidade absoluta aumentou apenas 9,4% e a participação relativa caiu 7 pontos percentuais de 1999 para 2004. Nas Regiões Metropolitanas, os ocupados aumentaram 20% e o peso relativo diminuiu 3,4 pontos percentuais neste período.

Tabela 1 – Composição dos indivíduos que declararam rendimentos

Anos	Nordeste						Metrópoles Nordestinas					
	Ocupados		Sem ocupação		Total		Ocupados		Sem ocupação		Total	
	N. (1)	%	N. (1)	%	N. (1)	%	N. (1)	%	N. (1)	%	N. (1)	%
1981	12.063	86,3	1.914	13,7	13.977	100	1.968	83,6	386	16,4	2.354	100
1982	12.897	87,6	1.819	12,4	14.715	100	2.097	85,1	367	14,9	2.463	100
1983	13.014	86,7	1.996	13,3	15.010	100	2.110	84,5	388	15,5	2.498	100
1984	13.699	86,8	2.076	13,2	15.775	100	2.252	84,1	425	15,9	2.677	100
1985	14.225	87,2	2.097	12,8	16.322	100	2.363	84,4	435	15,6	2.799	100
1986	14.410	86,6	2.233	13,4	16.643	100	2.519	84,9	448	15,1	2.967	100
1987	14.832	86,1	2.399	13,9	17.231	100	2.624	84,3	488	15,7	3.112	100
1988	15.049	85,6	2.532	14,4	17.581	100	2.597	83,3	521	16,7	3.119	100
1989	15.692	85,8	2.607	14,2	18.299	100	2.767	83,2	558	16,8	3.325	100
1990	16.155	85,6	2.708	14,4	18.863	100	2.872	83,2	582	16,8	3.454	100
1992	17.164	85,6	2.888	14,4	20.052	100	2.916	83,3	585	16,7	3.502	100
1993	17.551	84,8	3.155	15,2	20.706	100	2.964	82,8	615	17,2	3.580	100
1995	18.268	84,6	3.315	15,4	21.583	100	3.320	84,4	614	15,6	3.934	100
1996	17.467	82,7	3.654	17,3	21.121	100	3.175	82,6	671	17,4	3.846	100
1997	18.427	83,0	3.781	17,0	22.208	100	3.304	82,0	725	18,0	4.029	100
1998	18.918	82,6	3.988	17,4	22.906	100	3.373	81,3	777	18,7	4.150	100
1999	19.293	82,3	4.159	17,7	23.452	100	3.392	79,7	865	20,3	4.257	100
2001	19.107	79,3	4.974	20,7	24.081	100	3.785	80,7	907	19,3	4.692	100
2002	19.984	77,8	5.696	22,2	25.680	100	3.852	78,3	1.067	21,7	4.919	100
2003	20.304	75,9	6.440	24,1	26.745	100	3.815	76,9	1.148	23,1	4.963	100
2004	20.753	75,3	6.810	24,7	27.563	100	4.041	76,3	1.254	23,7	5.295	100
2005	21.306	76,2	6.664	23,8	27.970	100	4.239	77,5	1.227	22,5	5.466	100

(1) Em milhares.
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Prof. Waldir Quadros e equipe – Nov. 2006.

Na Tabela 2, podemos observar a dimensão da perda do valor real dos rendimentos individuais médios de 1981 a 2005. A maioria dos ocupados do Nordeste tem remunerações muito inferiores às das metrópoles, mas a diferença diminuiu nos últimos anos, em decorrência, lamentavelmente, da desvalorização dos rendimentos nestas localidades.

As pessoas que não possuem ocupação obtiveram ganhos reais até 1998, mas perderam no período seguinte. Embora o maior atendimento dos programas sociais tenha contribuído para o aumento da declaração de renda na PNAD destes indivíduos, o baixo valor das transferências não contribuiu para a ascensão das médias das rendas. Os benefícios previdenciários e assistenciais são imprescindíveis para a manutenção de uma condição mínima de vida dos nordestinos que não conseguem emprego, mas não são capazes de melhorarem significativamente a disparidade de renda entre ocupados e desocupados.

Tabela 2 – Nordeste metropolitano: rendimentos médios do total de declarantes

Anos	Nordeste						Metrópoles nordestinas					
	Ocupados		Sem ocupação		Total		Ocupados		Sem ocupação		Total	
	R$ (1)	Ind.	R$ (1)	Ind.	R$ (1)	Ind.	R$ (1)	Ind.	R$ (1)	Ind.	R$ (1)	Ind.
1981	494	100	340	100	473	100	991	100	575	100	923	100
1982	474	96	352	103	459	97	981	99	639	111	930	101
1983	408	83	310	91	395	84	847	85	589	102	807	87
1984	408	83	284	84	392	83	817	82	494	86	766	83
1985	460	93	328	97	443	94	936	95	640	111	890	96
1986	695	141	389	114	654	138	1.251	126	710	123	1.169	127
1987	519	105	300	88	489	103	982	99	571	99	918	99
1988	458	93	277	82	432	91	933	94	501	87	860	93
1989	509	103	303	89	480	101	963	97	562	98	896	97
1990	461	93	330	97	442	94	853	86	640	111	817	89
1992	368	74	395	116	372	79	693	70	615	107	680	74
1993	392	79	386	114	391	83	756	76	627	109	734	80
1995	465	94	481	142	468	99	806	81	799	139	805	87
1996	501	101	436	128	490	104	872	88	754	131	851	92
1997	484	98	453	133	479	101	868	88	779	135	852	92
1998	497	100	471	139	492	104	867	87	782	136	851	92
1999	469	95	467	137	468	99	814	82	768	134	804	87
2001	487	99	410	121	471	100	833	84	707	123	809	88
2002	474	96	395	116	456	96	802	81	679	118	775	84
2003	440	89	330	97	413	87	686	69	543	94	652	71
2004	461	93	355	105	435	92	725	73	569	99	688	75
2005	478	97	390	115	457	97	765	77	598	104	727	79

(1) Em milhares.
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Prof. Waldir Quadros e equipe – Nov. 2006.

A Tabela 3 mostra a participação relativa dos declarantes ocupados e dos sem ocupação na renda total acumulada no Nordeste e nas metrópoles. Em ambas as regiões, é clara a perda de peso na renda total dos indivíduos ocupados, principalmente a partir da década de 1990. O fato de ter uma ocupação não significa, necessariamente, possibilidade de ascensão social, à medida que os salários médios reais estão em queda desde 1999.

Em contrapartida, as pessoas sem ocupação e com rendimentos adquiriram uma quantia maior da renda total, tanto na região total, como nas metrópoles. A partir de 1999, apesar da grande expansão deste grupo nas metrópoles, não houve aumento proporcional do montante de rendimentos percebidos e a participação relativa na renda total se manteve praticamente estável, próximo de 19%. Já na Região Nordeste houve um pequeno acréscimo na participação relativa destes. Este movimento deve-se, muito provavelmente, à queda da renda média mais acentuada dos sem ocupação nas Regiões Metropolitanas (Tabela 2).

Tabela 3 – Participação dos declarantes na renda total (em %)

Anos	Nordeste		Metrópoles Nordestinas	
	Ocupados	Sem ocupação	Ocupados	Sem ocupação
1981	90,2	9,8	89,8	10,2
1982	90,5	9,5	89,8	10,2
1983	89,6	10,4	88,7	11,3
1984	90,4	9,6	89,8	10,2
1985	90,5	9,5	88,8	11,2
1986	92,0	8,0	90,8	9,2
1987	91,4	8,6	90,2	9,8
1988	90,8	9,2	90,3	9,7

Continua...

Tabela 3 – Continuação

Anos	Nordeste		Metrópoles Nordestinas	
	Ocupados	Sem ocupação	Ocupados	Sem ocupação
1989	91,0	9,0	89,5	10,5
1990	89,3	10,7	86,8	13,2
1992	84,7	15,3	84,9	15,1
1993	85,0	15,0	85,3	14,7
1995	84,2	15,8	84,5	15,5
1996	84,6	15,4	84,6	15,4
1997	83,9	16,1	83,5	16,5
1998	83,3	16,7	82,8	17,2
1999	82,3	17,7	80,6	19,4
2001	82,0	18,0	83,1	16,9
2002	80,8	19,2	81,0	19,0
2003	80,8	19,2	80,8	19,2
2004	79,8	20,2	80,4	19,6
2005	79,7	20,3	81,5	18,5

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Prof. Waldir Quadros e equipe – Nov. 2006.

2 Evolução dos estratos sociais: especificidade da desigualdade social do Nordeste

Ao dividir os declarantes do Nordeste em estratos sociais, de acordo com a metodologia desenvolvida por Quadros,[3] podemos constatar no formato da "pirâmide social" a dimensão da desigualdade social na Região Nordeste (Tabela 4) e nas metrópoles nordestinas (Tabela 5). Importante sublinhar que a PNAD não capta informações a respeito da elite, por isso a estrutura social se limita à classe média.

Ao analisar, primeiramente, a base da pirâmide do Nordeste brasileiro, formada pelo estrato miserável (rendimentos inferiores a R$ 250) e pela Massa Trabalhadora (de R$ 250 a R$ 500), nota-se que participação relativa desta foi de 78,9% em 1981, para 84,8% em 2005. Após um pequeno encolhimento na década de 1990, esta base voltou a expandir-se a partir de 1999.

Ao compararmos as estruturas sociais de todas as regiões do país, analisadas neste boletim, o Nordeste possui o maior peso das camadas mais pobres entre os declarantes de rendimentos e aponta tendência de piora. A título de exemplo, nas regiões norte e centro-oeste, que também apresentam uma base larga da pirâmide social, esta oscila próximo a 65%.

A especificidade marcante da estrutura regional do Nordeste é a grande quantidade de miseráveis, cuja participação relativa representou 64% dos declarantes em 2003. Este percentual é semelhante, conforme sublinhado supra, à participação de toda a base da pirâmide do Norte e Centro-Oeste.

O peso da classe média encolheu muito no Nordeste desde 1981. Após uma breve recuperação de sua participação no final da década de 1990, reduziu de 18% em 1999, para 15% em 2004. A alta e a média classe média foram as que mais atrofiaram. A Baixa Classe Média ficou praticamente estável, pois ao mesmo tempo recebeu indivíduos das camadas mais altas e perdeu para a Massa Trabalhadora.

[3] Cf. Quadros (2003).

Tabela 4 – Região Nordeste: distribuição dos estratos sociais

Ano	Estratos Sociais				
	Alta Classe Média	Média Classe Média	Baixa Classe Média	Massa Trabalhadora	Miseráveis
1981	2,1	3,8	15,2	21,6	57,3
1982	2,2	3,4	14,6	22,0	57,7
1983	1,7	3,5	10,0	17,7	67,1
1984	1,6	3,0	10,8	18,5	66,1
1985	2,1	3,6	12,2	22,7	59,5
1986	3,6	5,6	17,8	29,6	43,3
1987	2,6	4,1	12,9	19,8	60,7
1988	2,2	3,2	10,5	17,6	66,5
1989	2,8	3,9	11,5	17,5	64,3
1990	2,3	3,7	11,8	16,1	66,2
1992	1,6	3,0	9,9	21,4	64,1
1993	2,0	2,9	9,0	15,9	70,3
1995	2,5	3,6	11,6	22,6	59,7
1996	3,1	4,4	14,0	19,9	58,6
1997	2,5	4,2	11,1	19,1	63,1
1998	2,6	4,2	11,7	20,3	61,2
1999	2,4	3,6	11,9	20,0	62,1
2001	2,4	3,7	11,7	22,0	60,3
2002	2,0	3,3	10,9	21,3	62,6
2003	1,8	2,7	11,0	20,3	64,2
2004	1,9	3,0	10,2	22,4	62,4
2005	2,0	3,4	13,0	40,7	40,9

Estratos sociais: alta classe média – Acima de R$ 2.500; média classe média – R$ 1.250 a R$ 2.500; baixa classe média – R$ 500 a R$ 1.250; massa trabalhadora – R$ 250 a R$ 500; miseráveis – abaixo de R$ 250.
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Prof. Waldir Quadros e equipe – Nov. 2006.

A base da pirâmide (rendimentos inferiores a R$ 500) das regiões metropolitanas do Nordeste, embora menor que da região total, também inchou. Em 1981, esta incorporava 60% dos metropolitanos declarantes e, a partir da década de 1990, passou para cerca de 70% (Tabela 5).

A participação relativa do estrato dos Miseráveis oscilou muito desde 1981 nas metrópoles, com acentuadas reduções no período pós-Plano Cruzado em 1986, nos anos imediatamente posteriores ao lançamento do Plano Real, em 1994-95 e em 2005. De 1999 a 2004, entre 39% e 45% do total de declarantes das metrópoles nordestinas eram Miseráveis.

Tabela 5 – Nordeste metropolitano: distribuição dos estratos sociais

Ano	Estratos Sociais				
	Alta Classe Média	Média Classe Média	Baixa Classe Média	Massa Trabalhadora	Miseráveis
1981	6,5	8,6	25,9	25,3	33,7
1982	6,9	8,4	27,0	26,2	31,5
1983	5,5	8,3	20,5	24,9	40,9
1984	5,2	7,2	20,7	23,9	43,1
1985	6,3	8,4	23,4	29,4	32,6
1986	8,9	10,8	25,9	32,3	22,1
1987	6,6	8,7	20,9	25,3	38,5
1988	6,2	6,8	18,6	22,7	45,6
1989	7,1	7,5	18,7	22,3	44,5

Continua...

Tabela 5 – Continuação

Ano	Estratos Sociais				
	Alta Classe Média	Média Classe Média	Baixa Classe Média	Massa Trabalhadora	Miseráveis
1990	5,9	7,6	19,5	20,7	46,3
1992	3,9	6,9	18,9	23,9	46,5
1993	4,8	6,3	17,1	23,3	48,6
1995	5,7	7,0	19,8	26,2	41,2
1996	7,2	8,2	23,4	24,3	36,9
1997	5,6	8,7	19,9	26,2	39,5
1998	6,1	8,3	19,6	25,9	40,1
1999	5,5	7,1	19,8	26,3	41,3
2001	5,7	7,2	19,6	28,6	39,0
2002	5,0	6,6	18,3	27,4	42,6
2003	4,0	5,2	18,7	26,4	45,7
2004	4,2	6,0	16,6	28,6	44,6
2005	4,5	6,6	19,8	45,0	24,1

Estratos sociais: alta classe média – Acima de R$ 2.500; média classe média – R$ 1.250 a R$ 2.500; baixa classe média – R$ 500 a R$ 1.250; massa trabalhadora – R$ 250 a R$ 500; miseráveis – abaixo de R$ 250.
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Prof. Waldir Quadros e equipe – Nov. 2006.

A Massa Trabalhadora oscilou pouco nas RMs do Nordeste desde 1981, com exceção do repique de alta em 1986, 1995 e 2005, anos considerados atípicos. A participação relativa desta camada, de 1999 a 2004, oscilou entre 26% e 28%.

Interessante notar que mesmo em 2005, momento em que há uma surpreendente ascensão de pessoas do estrato Miserável para a Massa trabalhadora, a base da pirâmide social do Nordeste metropolitano continuou com o mesmo tamanho relativo, cerca de 70% dos declarantes de rendimentos, o que significa a manutenção de grande parte da população na pobreza.

Paralelamente, a classe média (alta, média e baixa) das RMs do Nordeste teve movimento contrário; de próximo a 40% da população na década de 1980, reduziu para menos de 30% nos últimos anos. A população que recebe acima de R$ 500 cresceu menos em comparação às camadas mais pobres. No período pós 1999, a Baixa classe média estabilizou, enquanto as instâncias mais altas perderam participação, semelhante ao total da Região Nordeste.

Após o panorama do tamanho da variação das camadas sociais, a análise da desigualdade social do Nordeste se complementa com o estudo da renda concentrada em cada estrato social.

Tabela 6 – Região Nordeste: participação dos estratos sociais na renda total (em %)

Ano	Estratos Sociais				
	Alta Classe Média	Média Classe Média	Baixa Classe Média	Massa Trabalhadora	Miseráveis
1981	25,1	15,3	26,4	17,9	15,3
1982	25,6	14,2	26,3	18,7	15,3
1983	23,6	16,6	21,1	17,6	21,1
1984	21,7	15,0	23,6	18,8	20,8
1985	26,8	15,6	23,3	19,2	15,1
1986	32,8	16,9	23,9	18,0	8,4
1987	29,8	16,2	22,7	16,0	15,4
1988	30,0	14,6	21,2	16,2	18,0
1989	35,7	15,1	19,7	13,9	15,7

Continua...

Tabela 6 – Continuação

Ano	Estratos Sociais				
	Alta Classe Média	Média Classe Média	Baixa Classe Média	Massa Trabalhadora	Miseráveis
1990	29,5	15,9	22,6	14,2	17,8
1992	21,5	15,4	22,7	21,4	19,0
1993	28,8	14,4	19,7	16,1	21,0
1995	29,8	14,8	21,0	18,4	16,0
1996	33,3	15,3	21,8	14,4	15,3
1997	29,0	17,1	20,0	16,0	17,9
1998	29,9	16,1	20,0	16,4	17,6
1999	28,5	14,8	21,5	16,8	18,4
2001	26,7	14,6	20,7	18,3	19,7
2002	25,5	14,3	20,7	18,8	20,8
2003	23,1	12,8	22,2	19,1	22,7
2004	23,8	13,7	20,4	20,5	21,6
2005	23,2	14,2	22,8	31,0	8,8

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Prof. Waldir Quadros e equipe – Nov. 2006.
Estratos sociais: Alta classe média – acima de R$ 2.500; Média classe média – R$ 1.250 a R$ 2.500; Baixa classe média – R$ 500 a R$ 1.250; Massa trabalhadora – R$ 250 a R$ 500; Miseráveis – abaixo de R$ 250.

Conforme vimos, o peso dos miseráveis ultrapassa 60% do total de declarantes do Nordeste. Entretanto, a participação dos rendimentos deste estrato na renda total declarada na região está próximo de 20%. De acordo com os dados da Tabela 6, de 1999 a 2004, a participação dos miseráveis na renda total foi de 18,4% para 21,6%, alcançando praticamente o mesmo peso das demais camadas (com exceção da média classe média) que agregam uma quantidade bem menor de pessoas. Neste cenário tem-se uma idéia da dimensão da concentração de renda nas camadas superiores da pirâmide.

A participação dos rendimentos da Massa trabalhadora na renda total teve pequeno acréscimo desde 1999, acompanhando a oscilação do tamanho desta camada na estrutura social (Tabela 6).

Foi generalizada a queda na participação na renda total da classe média (alta, média e baixa) na região Nordeste, principalmente a partir de 1999. Entre os motivos que podemos citar, tem-se o encolhimento destas camadas e a redução dos rendimentos médios.

Tabela 7 – Nordeste metropolitano: participação dos estratos sociais na renda total (em %)

Ano	Estratos Sociais				
	Alta Classe Média	Média Classe Média	Baixa Classe Média	Massa Trabalhadora	Miseráveis
1981	40,6	18,1	24,1	11,1	6,1
1982	41,3	17,2	24,8	11,3	5,4
1983	38,2	19,5	21,6	12,5	8,2
1984	36,0	18,7	23,7	12,8	8,9
1985	41,3	18,2	22,9	12,5	5,1
1986	47,8	18,1	20,1	11,0	2,9
1987	43,3	18,7	20,2	11,1	6,8
1988	46,0	15,8	19,3	10,7	8,2
1989	49,2	15,7	17,3	9,6	8,1
1990	42,4	17,9	20,7	9,9	9,0
1992	30,8	19,5	24,0	14,1	11,6
1993	39,2	16,8	20,3	12,9	10,8
1995	40,8	16,7	21,1	12,9	8,4

Continua...

Tabela 7 – Continuação

Ano	Estratos Sociais				
	Alta Classe Média	Média Classe Média	Baixa Classe Média	Massa Trabalhadora	Miseráveis
1996	45,1	16,6	21,1	10,4	6,8
1997	38,7	20,2	20,5	12,7	7,9
1998	41,0	18,7	19,8	12,4	8,1
1999	39,7	17,1	21,2	13,1	9,0
2001	39,8	16,9	20,4	14,0	8,9
2002	37,2	17,1	20,9	14,6	10,2
2003	31,2	15,5	24,6	15,9	12,9
2004	33,0	17,2	21,3	16,7	11,7
2005	34,0	17,3	22,4	22,3	4,0

Estratos sociais: Alta classe média – acima de R$ 2.500; Média classe média – R$ 1.250 a R$ 2.500; Baixa classe média – R$ 500 a R$ 1.250; Massa trabalhadora – R$ 250 a R$ 500; Miseráveis – abaixo de R$ 250.
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Prof. Waldir Quadros e equipe – Nov. 2006.

A Tabela 7 informa a participação dos estratos sociais na renda total declarada nas RMs do Nordeste. Destaca-se, primeiramente, que nestas regiões há maior concentração de renda nos estratos superiores da estrutura.

De 1999 a 2004, o estrato dos Miseráveis incorporou cerca de 40% dos declarantes metropolitanos, entretanto se apoderou de somente 10%, em média, da renda total, metade da participação dos miseráveis em todo o Nordeste (em 2005, com a redução da quantidade de pessoas nesta faixa de rendimentos, a participação foi de apenas 4%). Os pobres da camada trabalhadora também adquiriram maior percentual da renda total em todo o período, mas nada além ao proporcional à expansão do montante absoluto de pessoas.

A Alta Classe Média, por outro lado, constituída de menos de 5% dos indivíduos declarantes, no final da década de 1990, concentrava quase 40% da renda total. Este percentual diminuiu nos últimos anos, absorvendo 33% em 2004. Apesar da menor fatia da renda, não podemos afirmar que haja uma tendência de distribuição de renda para as demais camadas nos próximos anos.

A Tabela 8 apresenta a distribuição nos estratos sociais dos indivíduos ocupados na Região Nordeste e nas RMs. No sentido de facilitar a diferenciação da estrutura nas duas localidades, agregaram-se os estratos da alta e média classes médias e da massa trabalhadora com o miserável.

Tanto no total do Nordeste, quanto nas metrópoles, a maioria dos ocupados declararam rendimentos inferiores a R$ 500. No Nordeste, aumentou a participação dos trabalhadores ocupados pobres, que representavam 77,2% do total em 1981, para 83% em 2004. Nas metrópoles, a participação dos ocupados com rendimentos inferiores foi de 55,8% para 71,4% no mesmo período. Observa-se que nas RMs está sendo mais acentuada a queda do valor real dos vencimentos dos ocupados, movimento que se acelerou de 1999 para 2004.

Os ocupados têm razoável participação na faixa de renda correspondente à baixa classe média, principalmente nas metrópoles, embora tenha reduzido muito a partir de 1999. É pequeno o percentual de pessoas ocupadas que declararam rendimentos acima de R$ 1.250 no Nordeste, correspondentes às camadas médias superiores.

Tabela 8 – Região Nordeste e Nordeste Metropolitano: participação relativa dos ocupados nos agrupamentos de estratos sociais

Anos	Região Nordeste			Nordeste metropolitano		
	Alta e Média Classes Médias	Baixa Classe Média	Massa Trabalhadora e Miseráveis	Alta e Média Classe Média	Baixa Classe Média	Massa Trabalhadora e Miseráveis
1981	6,3	16,5	77,2	16,2	28,1	55,8
1982	6,0	15,5	78,5	16,1	28,7	55,2
1983	5,4	10,6	83,9	14,5	21,7	63,8
1984	4,9	11,5	83,7	13,2	21,9	65,0
1985	6,0	12,9	81,1	15,5	24,8	59,6
1986	9,9	19,5	70,6	20,9	28,0	51,2
1987	7,2	14,0	78,8	16,5	22,5	60,9
1988	5,9	11,5	82,7	14,3	20,3	65,4
1989	7,2	12,4	80,4	15,6	19,9	64,6
1990	6,2	12,5	81,2	14,0	20,6	65,4
1992	4,7	10,5	84,8	11,1	20,2	68,8
1993	4,9	9,5	85,6	11,2	17,7	71,1
1995	6,1	12,4	81,5	12,4	20,5	67,1
1996	7,8	15,4	76,9	15,3	24,9	59,7
1997	6,8	11,9	81,2	14,4	20,9	64,7
1998	6,8	12,6	80,6	14,5	20,6	64,8
1999	6,0	12,6	81,5	12,4	20,5	67,1
2001	6,4	12,9	80,7	13,0	20,5	66,5
2002	5,6	12,1	82,3	11,7	19,7	68,7
2003	5,0	12,6	82,4	9,5	20,3	70,3
2004	5,4	11,6	83,0	10,6	17,9	71,4
2005	5,9	13,7	80,5	11,7	20,9	67,5

Agrupamento de estratos sociais: Alta e média classe média – acima de R$ 1.250; Baixa classe média – R$ 500 a R$ 1.250; Massa trabalhadora e Miseráveis – abaixo de R$ 500.
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Prof. Waldir Quadros e equipe – Nov. 2006.

Na Tabela 9, do panorama de 1981 a 2004, nota-se que a participação dos indivíduos sem ocupação com renda caiu nas camadas inferiores do Nordeste e das RMs em meados da década de 1990 e aumentou de 1999 a 2004. O movimento ascendente, nos últimos anos, das camadas mais baixas, deve-se ao aumento da quantidade absoluta de pessoas beneficiadas por algum tipo de transferência de renda ou que percebem recurso previdenciário, com valor próximo ao do salário mínimo.

Por outro lado, a partir de 1999 tem-se expressiva redução da participação destas pessoas na classe média, constituída, em sua maioria, de segurados da Previdência Social.

Tabela 9 – Região Nordeste e Nordeste Metropolitano: participação relativa dos indivíduos sem ocupação com renda nos agrupamentos de estratos sociais

Anos	Região Nordeste			Nordeste metropolitano		
	Alta e Média Classes Médias	Baixa Classe Média	Massa Trabalhadora e Miseráveis	Alta e Média Classe Média	Baixa Classe Média	Massa Trabalhadora e Miseráveis
1981	3,6	7,0	89,3	9,6	14,5	76,0
1982	3,7	8,2	88,1	10,4	17,2	72,4
1983	3,6	6,0	90,4	9,6	14,3	76,1
1984	3,1	6,0	90,8	8,2	14,0	77,8
1985	3,4	7,0	89,6	9,9	15,8	74,2
1986	4,5	7,2	88,4	12,7	14,2	73,1

Continua...

Tabela 9 – Continuação

Anos	Região Nordeste			Nordeste metropolitano		
	Alta e Média Classes Médias	Baixa Classe Média	Massa Trabalhadora e Miseráveis	Alta e Média Classe Média	Baixa Classe Média	Massa Trabalhadora e Miseráveis
1987	3,2	5,9	90,8	8,5	12,7	78,8
1988	2,5	4,8	92,7	6,5	10,6	83,0
1989	3,5	5,9	90,5	9,9	12,7	77,4
1990	4,1	7,3	88,6	10,7	14,3	75,0
1992	3,8	6,2	90,0	9,4	12,2	78,4
1993	4,3	6,1	89,6	10,2	13,8	75,9
1995	6,3	7,1	86,6	14,6	15,8	69,6
1996	6,2	7,6	86,2	15,5	16,4	68,2
1997	5,8	7,2	87,1	13,8	15,7	70,4
1998	6,5	7,6	86,0	14,0	15,2	70,8
1999	6,2	9,0	84,8	13,1	17,3	69,5
2001	4,7	6,9	88,4	12,5	15,5	72,1
2002	4,3	6,7	89,0	11,6	13,3	75,1
2003	3,2	5,9	90,8	8,4	13,5	78,1
2004	3,5	6,3	90,2	8,7	12,4	78,9
2005	4,1	10,6	85,3	9,5	16,0	74,5

Agrupamento de estratos sociais: Alta e média classe média – acima de R$ 1.250; Baixa classe média – R$ 500 a R$ 1.250; Massa trabalhadora e Miseráveis – abaixo de R$ 500.
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Prof. Waldir Quadros e equipe – Nov. 2006.

A evolução da estrutura social dos indivíduos ocupados e dos sem ocupação com renda corroboram as análises efetuadas nas seções anteriores. A estrutura social total foi modificada em grande medida pelo crescimento do número absoluto das pessoas que não possuem ocupação, o que alargou as camadas sociais mais baixas. Entretanto, não podemos desconsiderar o movimento de corrosão social da estrutura dos ocupados, cujos rendimentos médios têm regredido continuamente nesta década.

3 Comparação entre as Regiões Metropolitanas do Nordeste e do Sudeste

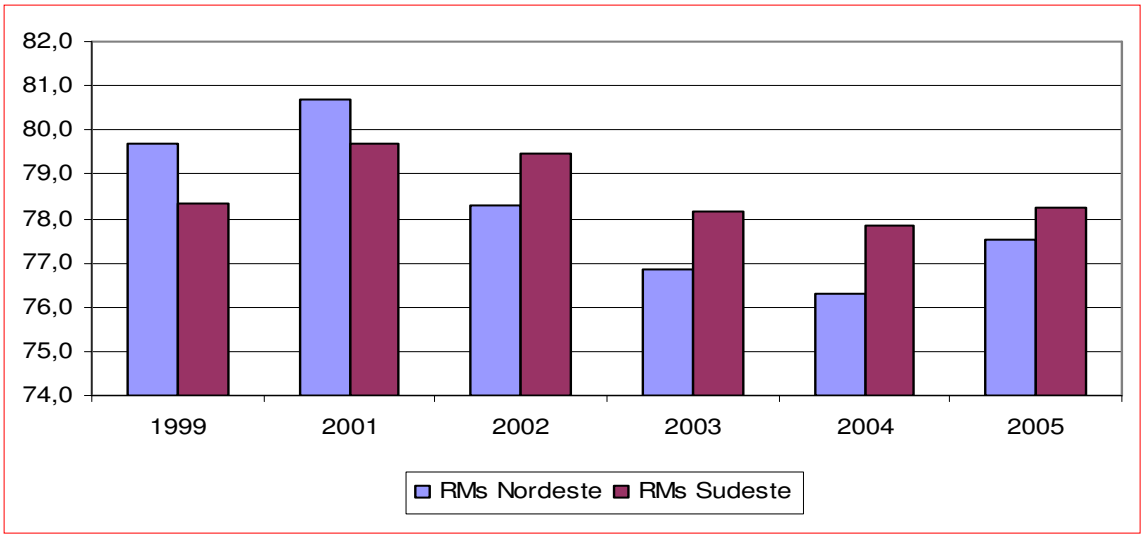
Nesta seção, comparam-se os dados pós-1999 referentes ao conjunto das regiões metropolitanas do Nordeste (Salvador, Recife e Fortaleza) e do Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte). O objetivo é apontar fatores que intensificaram a desigualdade social no Nordeste metropolitano, embora as RMs do Sudeste não possam ser consideradas modelo de eqüidade social.

Primeiramente, o Gráfico 1 destaca que, após 1999, a participação relativa dos trabalhadores ocupados caiu mais rapidamente nas RMs do Nordeste. Até 2001, o peso dos ocupados nestas regiões era superior ao do Sudeste (80,7% e 79,7%, respectivamente, em 2001), mas enquanto nas metrópoles do Nordeste decresceu para 76,3% em 2004, nas RMs do Sudeste, os ocupados representaram 77,8%.

O Gráfico 2 mostra o movimento oposto ao do Gráfico 1, pois o peso dos ocupados caiu rapidamente de 1999 a 2004 no Nordeste metropolitano devido ao alto crescimento de 38,7% da quantidade de pessoas sem ocupação que possuem renda própria.[4] No intervalo, a participação relativa dos sem ocupação nas metrópoles do Nordeste passou de 20,3 para 22,7 e no Sudeste, de 21,7% para 22,2%.

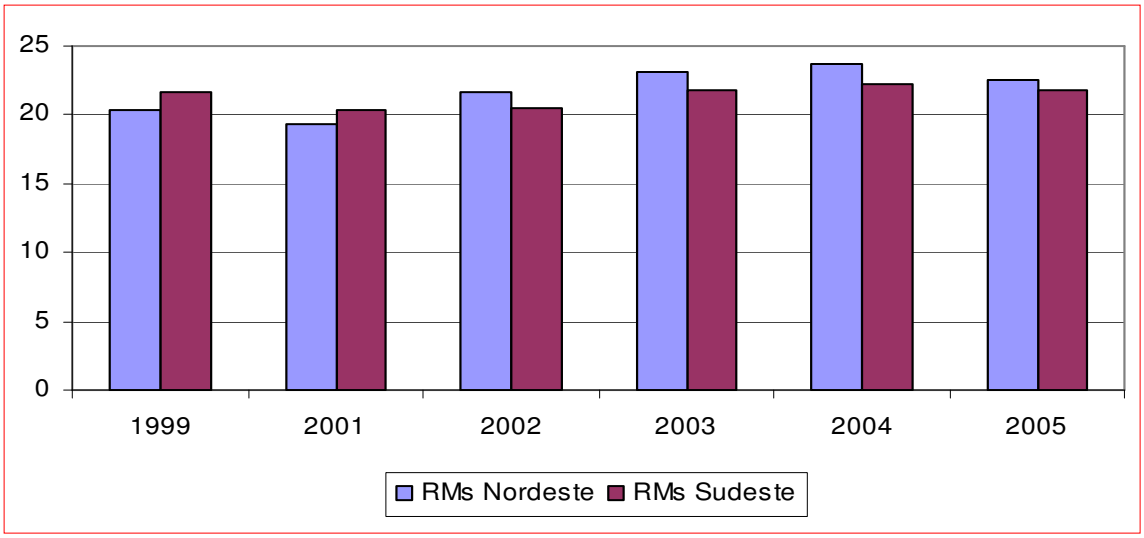
[4] Nas RMs do Sudeste, o aumento foi de 22%.

Gráfico 1 – Regiões metropolitanas do Sudeste e do Nordeste: evolução da participação relativa dos ocupados no total de declarantes



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Prof. Waldir Quadros e equipe – Nov. 2006.

Gráfico 2 – Regiões metropolitanas do Sudeste e do Nordeste: evolução da participação relativa dos sem ocupação com renda no total de declarantes

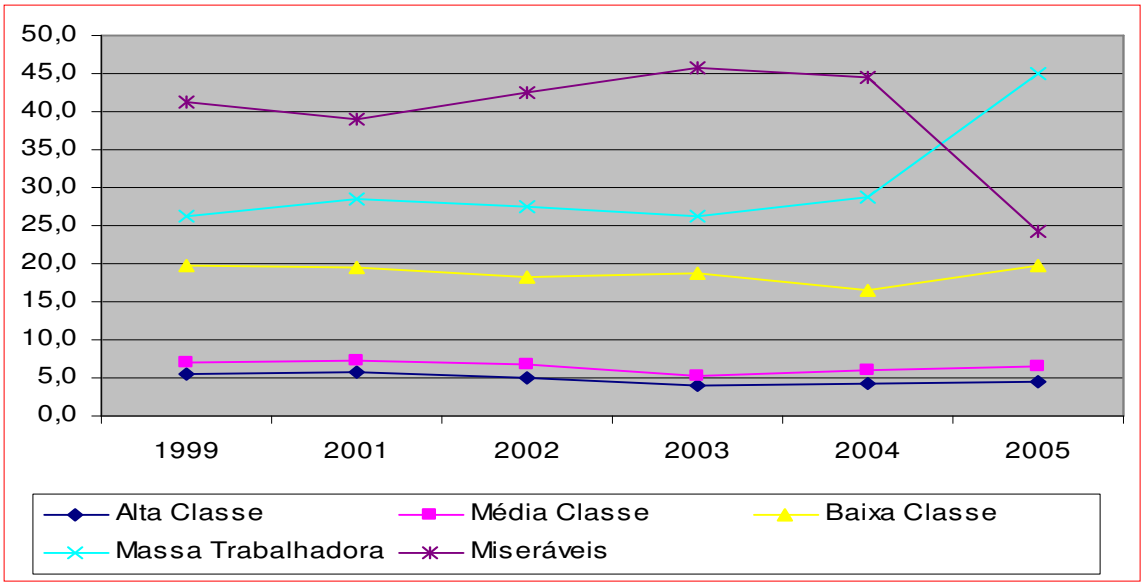


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Prof. Waldir Quadros e equipe – Nov. 2006.

O Gráfico 3 reproduz o comportamento das camadas sociais no Nordeste metropolitano após 1999. Conforme analisamos na seção 2, desconsiderando o movimento atípico de 2005, a camada dos Miseráveis oscilou no período entre 39% e 45%; a Trabalhadora, 25% e 30%; a Baixa Classe Média, próximo a 20% e as Alta e Média Classes Médias, cerca de 5% ou 6%, cada.

A estrutura social das RMs do Nordeste é muito distinta da verificada nas RMs do Sudeste, o que podemos constatar ao compararmos as informações dos gráficos 3 e 4. A maior diferença é que no Sudeste a camada social mais numerosa é a Baixa classe média, cujo peso variou entre 30% e 35% de 1999 a 2004, mesma participação de toda a classe média do Nordeste metropolitano. Por outro lado, o estrato dos Miseráveis, com alta participação no Nordeste metropolitano, terminou 2004 com peso inferior a 20% do total de declarantes no Sudeste.

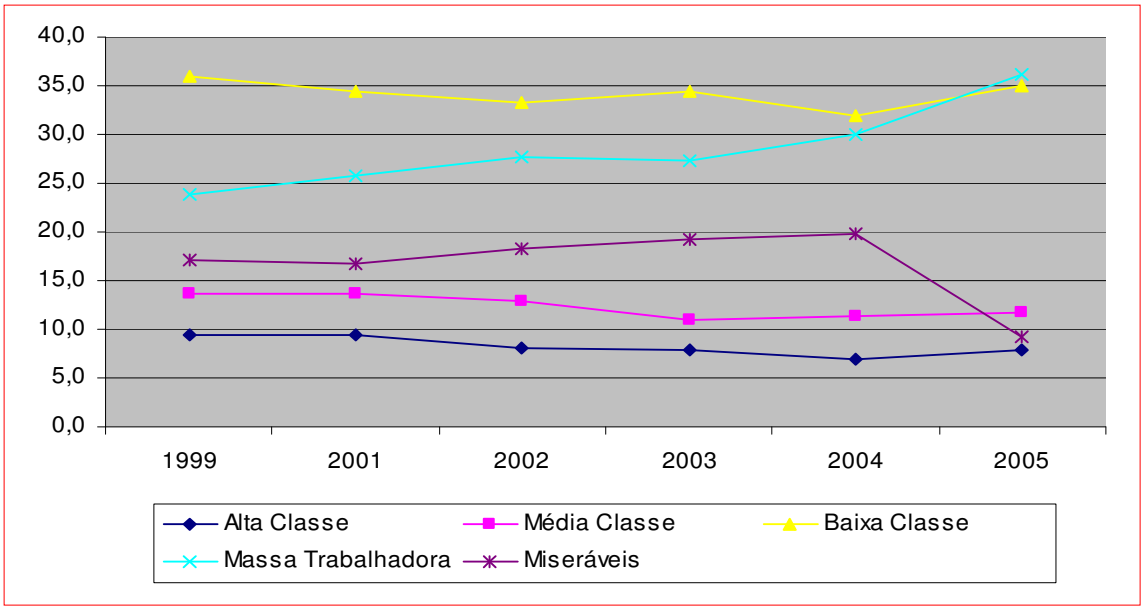
Gráfico 3 – Nordeste metropolitano: evolução da participação relativa dos estratos sociais



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Prof. Waldir Quadros e equipe – Nov. 2006.

O peso da Massa trabalhadora foi o que mais oscilou nas metrópoles do Sudeste, ascendeu de 23,9% em 1999, para 29,9% em 2004. As Classes Médias superiores, cujas participações relativas são maiores que das RMs do Nordeste, tiveram pequena queda.

Gráfico 4 – Sudeste metropolitano: evolução da participação relativa dos estratos sociais



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Prof. Waldir Quadros e equipe – Nov. 2006.

Na Tabela 10, observa-se que nas RMs do Sudeste há maior concentração de renda nas classes médias, cuja participação relativa e respectivos rendimentos médios gerais são maiores que no Nordeste

Tabela 10 – Regiões metropolitanas do Sudeste e do Nordeste: participação relativa dos estratos sociais na renda total (em %)

Anos	Estratos Sociais				
	Alta Classe Média	Média Classe Média	Baixa Classe Média	Massa Trabalhadora	Miseráveis
Regiões Metropolitanas Sudeste					
1999	42,3	21,2	25,7	8,1	2,7
2001	43,4	20,9	24,1	8,8	2,7
2002	39,9	21,8	25,0	10,2	3,1
2003	38,8	19,6	27,4	10,5	3,7
2004	35,2	21,6	27,0	12,3	3,9
2005	39,8	19,9	26,6	12,6	1,1
Regiões Metropolitanas Nordeste					
1999	39,7	17,1	21,2	13,1	9,0
2001	39,8	16,9	20,4	14,0	8,9
2002	37,2	17,1	20,9	14,6	10,2
2003	31,2	15,5	24,6	15,9	12,9
2004	33,0	17,2	21,3	16,7	11,7
2005	34,0	17,3	22,4	22,3	4,0

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Prof. Waldir Quadros e equipe – Nov. 2006.

Proporcionalmente ao peso relativo, a camada dos miseráveis das RMs do Nordeste concentram maior renda em relação às RMs do Sudeste, sinal de que a camada inferior nestas regiões incorpora pessoas com recursos próprios muito ínfimos.

Considerações finais

A sociedade metropolitana nordestina é vítima de carências e saturações, em parte agravadas nas últimas décadas. Nos últimos anos, o atendimento de um conjunto de políticas sociais focalizadas foi estendido no Nordeste, o que garantiu a sobrevivência da população miserável e contribuiu para o aumento da população sem ocupação que declara algum tipo de rendimento.

Não podemos negar o peso dos benefícios sociais e das transferências diretas de renda no Nordeste, pois fornecem condições mínimas de vida aos declarantes. Entretanto, estes programas não ampliaram os meios de ascensão social e as classes médias encolheram continuamente, concentrando pessoas na base da pirâmide.

Nas últimas décadas, se manteve a expressiva desigualdade social no Nordeste. A composição da estrutura social da região mostra que mesmo com o declínio do peso relativo do estrato dos Miseráveis (rendimentos inferiores a R$ 250), a participação dos pobres que ganham menos de R$ 500 ainda corresponde a 80% do total de declarantes da região e 70% nas metrópoles, muito superior ao verificado nas metrópoles do Sudeste, onde 50% dos declarantes são considerados pobres ou miseráveis.

Os dados apresentados neste ensaio explicitam a especificidade da estrutura social da Região Nordeste brasileira, onde as camadas sociais mais pobres são mais inchadas em relação às demais regiões do país, resultado da inferioridade das rendas percebidas pela maioria da população nordestina.

Referência bibliográfica

QUADROS, Waldir. ***Aspectos da crise social brasileira dos anos oitenta e noventa***. Tese (Livre Docência)– Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas, 2003.

CARACTERÍSTICAS DA ESTRUTURA SÓCIO-OCUPACIONAL NO SUDESTE E NO DISTRITO FEDERAL

Vinicius Gaspar Garcia[1]

Introdução

O contexto de baixo crescimento econômico dos últimos 25 anos implicou manutenção, ou mesmo regressão, da **estrutura sócio-ocupacional brasileira**. Essa pode ser entendida a partir das condições de inserção no mercado de trabalho, que pioraram em função de índices continuamente elevados de desemprego e precariedade nesse "mercado", já caracterizado por uma estrutura de baixos salários e alta rotatividade. Os limites impostos à política social, cujo foco tem sido os programas de transferência de renda, dificultam um investimento maior em grandes áreas como Educação, Saúde, Habitação, Transporte e Saneamento Básico, mantendo serviços públicos muitas vezes insuficientes ou de má qualidade.

Essa avaliação vai na direção oposta daqueles que defendem as virtudes do atual modelo econômico e social. É claro que são inegáveis avanços relacionados aos ganhos reais do salário mínimo, ao aumento da formalização do trabalho (a partir de 2001) e, na área social, à diminuição da mortalidade infantil e ao aumento da cobertura escolar, entre outros aspectos. Entretanto, a observação da **estrutura social como um todo**, vista a partir das ocupações e rendimentos declarados pelos indivíduos na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), revela a permanência de acentuadas mazelas e desigualdades. Esse diagnóstico está assentado na idéia de que não é possível equacionar de maneira satisfatória a questão social no país com crescimento médio do PIB em torno de 2,5% ao ano, como tem sido observado desde o início dos anos 1980.

Tendo em vista estas referências gerais, pretendemos trabalhar nesse artigo a caracterização da estrutura sócio-ocupacional no Sudeste – com ênfase no conjunto das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte – e no Distrito Federal. Essa escolha se deve ao fato de que, a partir dos anos 1980 (com o início do período de baixo crescimento), a crise social se manifestou de maneira mais explícita justamente nas **áreas metropolitanas**, com o acúmulo de problemas ligados à falta de infra-estrutura, precariedade dos serviços públicos, desemprego e piores condições de trabalho. Ademais, dada a magnitude e a concentração populacional e de riqueza desse espaço metropolitano do Sudeste e do Distrito Federal, esta região se constitui num universo privilegiado de análise. Em conjunto, os estados do Sudeste e o Distrito Federal representam quase 60% do PIB brasileiro, embora esse percentual tenha uma tendência declinante (de 2001 para 2004, ele recuou de 59,9% para 57,4%[2]). Em termos populacionais, em 2006, mais de 80 milhões de pessoas, 43,8% da população brasileira, viviam nessa região do país. Em função disso, é evidente o seu peso quando se observam os indicadores nacionais (econômicos e sociais), uma vez que estes refletem "uma média" dos dados regionais.

Na primeira parte do artigo, serão apresentados os dados do Distrito Federal, tendo como referência a PNAD de 2004.[3] A estrutura sócio-ocupacional dessa região apresenta uma participação maior dos estratos superiores de renda, quando comparamos com a média nacional e mesmo com àquela que se

---

[1] Doutorando no Instituto de Economia da Unicamp e Pesquisador na Facamp.

[2] IBGE. ***Contas Regionais do Brasil*** (2004).

[3] Em função das características da PNAD 2005, discutidas nesse Boletim, vamos utilizar o ano de 2004 como referência principal.

observa no Sudeste. Porém, embora tenha a melhor estrutura dentre as regiões brasileiras, observa-se a permanência, no Distrito Federal, de uma forte concentração de renda, com manutenção de um elevado contingente de indivíduos nas faixas de pobreza e indigência.

Na segunda parte, será retratada a evolução da estrutura sócio-ocupacional – no Sudeste como um todo e no conjunto das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte – desde o início dos 80, com o intuito de apresentar uma visão panorâmica dos últimos 25 anos. Finalmente, na terceira seção, a ênfase será dada no período pós-desvalorização cambial, a partir de 1999, estabelecendo-se comparações entre o comportamento dos estratos sociais no Distrito Federal e no agregado das metrópoles do Sudeste.

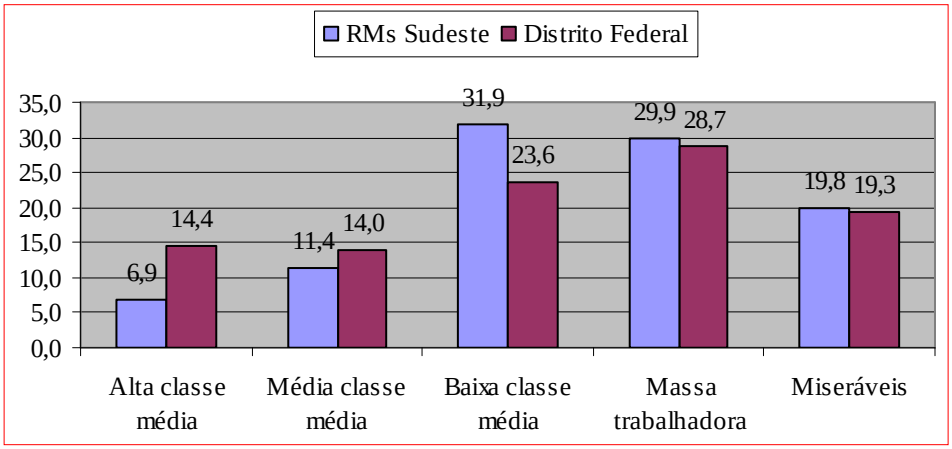
Esse artigo, de caráter eminentemente descritivo, utiliza-se, assim como os demais textos de recorte regional, da metodologia desenvolvida por Quadros (2003) para observar o comportamento da estrutura social brasileira, aqui restringida ao conjunto de indivíduos declarantes de rendimento na PNAD. Nesse sentido, nos importa destacar mudanças no "tamanho" dos **estratos sociais** definidos na metodologia, especialmente das classes médias cuja participação é significativa no Sudeste e no Distrito Federal.

1 Perfil da estrutura sócio-ocupacional no Distrito Federal

Nessa seção buscamos descrever, de maneira bastante objetiva, a estrutura sócio-ocupacional observada no Distrito Federal, caracterizada por uma participação maior dos estratos superiores de rendimento. A maior proporção de indivíduos na alta e média classe média será constatada quando comparada aos percentuais observados no conjunto das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Isso porque este agregado, em relação ao restante do país, principalmente Norte e Nordeste, já apresenta uma freqüência elevada dos estratos que formam o topo da pirâmide de rendimentos.

Considerando o total de indivíduos que declararam rendimentos na PNAD 2004, observamos a seguinte distribuição nos estratos sociais:

Gráfico 1 – Participação dos estratos sociais – 2004
Total dos declarantes



Fonte: PNAD, 2004. Banco de Dados – Prof. Waldir Quadros.

A participação da alta classe média, ou seja, dos indivíduos que declararam rendimentos superiores a R$ 2.500 mensais, é de 14,6% no Distrito Federal, mais do que o dobro do percentual observado no conjunto das metrópoles do Sudeste (6,9%). Esse contingente de pessoas na alta classe

média é de fato um aspecto que diferencia o Distrito Federal das demais regiões brasileiras. Para que se tenha uma idéia, no Brasil, em 2004, a proporção média de pessoas nesse estrato foi de 4,1%, sendo de 4,7% no agregado das metrópoles da Região Sul do país (Curitiba e Fortaleza), dez pontos percentuais a menos do que no Distrito Federal.[4]

Na média classe média, também há uma freqüência maior de indivíduos nessa região (14,0%) do que no Sudeste Metropolitano (11,4%). As participações na massa trabalhadora e nos miseráveis (percentual praticamente idêntico) são relativamente próximas, havendo uma diferença no estrato de baixa classe média, mais numeroso nas Regiões Metropolitanas do Sudeste (31,9%) do que no Distrito Federal (23,6%).

Os indivíduos que declararam rendimentos podem ser divididos em dois subgrupos: a) **os ocupados** e b) **os sem-ocupação com renda**, formado basicamente por aposentados, pensionistas e beneficiários de programas de transferência de renda. Essa desagregação, que será usada ao longo do trabalho, permite observar uma participação maior dos ocupados no Distrito Federal do que nas metrópoles do Sudeste:

Tabela 1 – Composição dos Indivíduos que Declararam Rendimento
Regiões Metropolitanas SP, RJ e BH – Distrito Federal – 2004 (1)

Região	Ocupados	Sem ocupação c/ renda	Total
RMs SP+RJ+BH	14.757 (77,8%)	4.206 (22,2%)	18.963 (100%)
Distrito Federal	970 (81,9%)	214 (18,1%)	1.184 (100%)
Total	15.727 (78,0%)	4.420 (22,0%)	20.147 (100%)

(1) Valores aproximados em milhares.
Fonte: PNAD, 2004. Banco de Dados – prof. Waldir Quadros.

Há número proporcionalmente menor de inativos no Distrito Federal (18,1%) do que no conjunto das metrópoles de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte (22,2%). O nível de rendimentos também mostra diferenças entre essas regiões:

Tabela 2 – Rendimento médio dos Indivíduos que Declararam Rendimento
Regiões Metropolitanas SP, RJ e BH – Distrito Federal – 2004 (1)

	Ocupados	Sem ocupação c/ renda	Total
RMs SP+RJ+BH	R$ 1.087	R$ 906	R$ 1.047
Distrito Federal	R$ 1.598	R$ 1.153	R$ 1.517

(1) Em R$. Valores corrigidos para janeiro de 2006; deflator INPC/IPEA data.
Fonte: PNAD, 2004. Banco de Dados – prof. Waldir Quadros.

Para o conjunto dos declarantes, o rendimento médio no Distrito Federal em 2004 foi de R$ 1.517, cerca de 40,0% maior do que no agregado das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte (R$ 1.047). Para os ocupados a diferença de rendimentos também é dessa magnitude, caindo para 22,0% entre os sem-ocupação com renda.

Portanto, vimos que no Distrito Federal há uma participação maior da classe média alta, com uma proporção elevada de ocupados e níveis de rendimentos superiores em relação ao Sudeste (e às demais

[4] A PNAD não possibilita a desagregação dos dados entre Brasília e as "cidades satélites", de maneira que os resultados se referem ao conjunto do Distrito Federal. Caso isso fosse possível, a proporção de pessoas na alta classe média na capital certamente seria ainda mais elevada.

regiões brasileiras). Porém, essas características positivas, que se inter-relacionam, configuram uma estrutura sócio-ocupacional ainda desigual. Em outras palavras, mesmo sendo relativamente superior, o contexto em termos de estratificação social, rendimentos e distribuição de renda do Distrito Federal ainda está longe do ideal. A Tabela 3 apresenta a distribuição pelos estratos dos **ocupados** em 2004, além dos seus rendimentos médios e da concentração de renda:

Tabela 3 Estratos sociais, rendimentos médios [(1)] e distribuição de renda
Ocupados – Distrito Federal – 2004

	N. indivíduos	%	Rnd médio	Rnd total	%
Alta classe média	144.481	14,9	6.104	881.897.330	56,9
Média classe média	145.484	15,0	2.023	294.367.060	19,0
Baixa classe média	241.263	24,9	898	216.637.914	14,0
Massa trabalhadora	310.491	32,0	416	129.262.577	8,3
Miseráveis	127.597	13,2	210	26.839.735	1,7
Total	**969.316**	**100,0**	**1.598**	**1.549.004.616**	**100,0**

1) Valores em Janeiro/2006. Deflator: INPC corrigido/IPEAData.
Fonte: PNAD, 2004. Banco de Dados – Prof. Waldir Quadros.

O estrato social mais representativo é a massa trabalhadora (pobre), onde estão 32,0% dos ocupados, com rendimento médio de R$ 416. Esse grupo é maior do que a média e a alta classe média somadas, que atingem 29,9% dos ocupados. O segundo estrato em termos absolutos é a baixa classe média, cujos rendimentos estão em torno de R$ 900, sendo que 13,2% dos ocupados estão no último estrato, com rendimento médio de R$ 210. Assim sendo, trata-se de uma estrutura que concentra quase 70,1% dos ocupados nos três últimos estratos (680 mil pessoas na baixa classe média, massa trabalhadora ou miseráveis). Do ponto de vista da distribuição da renda, como conseqüência dessa estrutura, há uma enorme concentração, pois somente o estrato superior – 144 mil pessoas na alta classe média – detêm 56,9% da renda total declarada.

Em síntese, mesmo tomando como referência o Distrito Federal, ainda permanecem vários problemas numa perspectiva de desenvolvimento com justiça social. Os padrões de rendimento, altos para o país, são baixos numa comparação internacional, até para países da América Latina, como Argentina e Chile. A estrutura sócio-ocupacional mantém boa parte dos seus componentes nos estratos baixos e inferiores e a distribuição de renda é claramente desigual.

2 Uma visão panorâmica. Sudeste e Conjunto das Regiões Metropolitanas

A diminuição das oportunidades ocupacionais, em função da perda de dinamismo econômico, é um dos efeitos da redução do nível de atividade econômica no país, que tem apresentado variação média de apenas 2,5% ao ano desde o início da década de 1980. As Tabelas 4 e 5, relativas a esse período, apresentam a composição dos indivíduos que declararam rendimentos na PNAD, em termos de ocupados e sem ocupação com renda, no **total do Sudeste** e na **soma das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte**, respectivamente. Destaca-se a diminuição da proporção de ocupados dentre os indivíduos que declararam rendimentos.

Tabela 4 – Composição dos indivíduos que declararam rendimento
Total – Sudeste – 1981 a 2005 (mil)

	OCUPADOS		SEM OCUPAÇÃO		TOTAL	
Anos	N. pessoas	%	N. pessoas	%	N. pessoas	%
1981	20.540	84,3	3.818	15,7	24.358	100,0
1982	21.539	84,8	3.868	15,2	25.407	100,0
1983	21.848	83,8	4.228	16,2	26.076	100,0
1984	22.311	83,2	4.518	16,8	26.829	100,0
1985	23.678	83,7	4.616	16,3	28.294	100,0
1986	24.621	85,0	4.335	15,0	28.956	100,0
1987	25.073	84,8	4.509	15,2	29.582	100,0
1988	25.719	83,9	4.930	16,1	30.649	100,0
1989	26.262	84,2	4.941	15,8	31.203	100,0
1990	26.526	83,9	5.084	16,1	31.610	100,0
1992	26.838	83,4	5.331	16,6	32.169	100,0
1993	27.513	83,1	5.583	16,9	33.096	100,0
1995	28.870	83,1	5.862	16,9	34.732	100,0
1996	28.759	82,1	6.274	17,9	35.033	100,0
1997	29.209	81,4	6.682	18,6	35.891	100,0
1998	29.551	80,5	7.180	19,5	36.731	100,0
1999	29.573	79,5	7.630	20,5	37.203	100,0
2001	31.293	80,0	7.826	20,0	39.119	100,0
2002	32.454	79,4	8.418	20,6	40.872	100,0
2003	32.734	78,4	9.029	21,6	41.763	100,0
2004	33.719	78,1	9.482	21,9	43.201	100,0
2005	35.168	77,9	9.977	22,1	45.145	100,0

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: prof. Waldir Quadros e equipe.

Tabela 5 – Composição dos indivíduos que declararam rendimento
Regiões Metropolitanas – Sudeste – 1981 a 2005 (mil)

	OCUPADOS		SEM OCUPAÇÃO		TOTAL	
Anos	N. pessoas	%	N. pessoas	%	N. pessoas	%
1981	9.733	83,1	1.975	16,9	11.708	100,0
1982	10.247	84,3	1.903	15,7	12.150	100,0
1983	10.361	83,2	2.088	16,8	12.449	100,0
1984	10.272	82,4	2.191	17,6	12.463	100,0
1985	11.398	83,3	2.279	16,7	13.677	100,0
1986	11.447	84,3	2.128	15,7	13.575	100,0
1987	11.595	84,1	2.186	15,9	13.781	100,0
1988	12.677	83,7	2.466	16,3	15.143	100,0
1989	12.048	83,5	2.385	16,5	14.433	100,0
1990	12.040	83,6	2.365	16,4	14.405	100,0
1992	12.041	82,7	2.513	17,3	14.554	100,0
1993	12.388	83,0	2.533	17,0	14.921	100,0
1995	13.141	83,2	2.659	16,8	15.800	100,0
1996	13.039	81,9	2.883	18,1	15.922	100,0
1997	13.139	81,3	3.018	18,7	16.157	100,0
1998	13.399	80,4	3.271	19,6	16.670	100,0
1999	12.900	78,3	3.569	21,7	16.469	100,0
2001	13.824	79,7	3.525	20,3	17.349	100,0
2002	14.519	79,5	3.755	20,5	18.274	100,0
2003	14.413	78,1	4.031	21,9	18.444	100,0
2004	14.757	77,8	4.206	22,2	18.963	100,0
2005	15.693	78,2	4.368	21,8	20.061	100,0

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: prof. Waldir Quadros e equipe.

No total da Região Sudeste, entre 1981 e 2004, a participação dos ocupados recua de 84,3% para 78,1% dos indivíduos que declararam rendimentos. Obviamente, cresce a proporção dos inativos, que atingem cerca de 22,0% do total de declarantes nos últimos anos. Essa expansão dos sem ocupação com

renda está relacionada a um número crescente de aposentados e pensionistas, além de pessoas desempregadas que passaram a receber algum tipo de transferência de renda. Esse movimento, por sua vez, pode ser associado a fatores demográficos (aumento da expectativa de vida), mas configura-se também num sintoma da letargia na geração de oportunidades ocupacionais, especialmente a partir de 1995. No conjunto das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte – que está contido e representa cerca de 40,0% do contingente anterior – o comportamento é análogo.

A tendência de redução dos ocupados é evidente, pois a participação desse grupo no total de declarantes vai de 83,1% em 1981 para 77,8% em 2004. O estreitamento das oportunidades ocupacionais se relaciona com a perda de dinamismo na Região Sudeste, que teve taxas de expansão em torno de 2,0% ano a partir de 1995, a menor dentre todas as Grandes Regiões brasileiras.

Os dados apresentados na Tabela 6 mostram a diminuição do rendimento médio declarado nos últimos 25 anos. Esse movimento foi mais intenso justamente para aqueles diretamente envolvidos com as atividades de trabalho (ocupados). Selecionamos aqui apenas o conjunto das Regiões Metropolitanas, onde as variações são mais fortes do que no total do Sudeste.

Tabela 6 – Evolução dos rendimentos médios dos declarantes
Regiões Metropolitanas – Sudeste – 1981 a 2005 (mil)

	OCUPADOS		SEM OCUPAÇÃO		TOTAL	
Anos	R$	Índice	R$	Índice	R$	Índice
1981	1.418	100	811	100	1.315	100
1982	1.396	98,5	824	101,6	1.306	99,3
1983	1.154	81,4	719	88,7	1.081	82,2
1984	1.081	76,2	659	81,3	1.006	76,5
1985	1.253	88,4	771	95,1	1.173	89,2
1986	1.810	127,6	1.191	146,9	1.713	130,2
1987	1.363	96,2	777	95,8	1.270	96,6
1988	1.350	95,2	672	82,9	1.239	94,2
1989	1.494	105,4	831	102,5	1.385	105,3
1990	1.271	89,7	818	100,9	1.197	91,0
1992	1.074	75,7	767	94,6	1.021	77,6
1993	1.102	77,7	779	96,1	1.047	79,6
1995	1.398	98,6	968	119,5	1.326	100,8
1996	1.454	102,5	960	118,5	1.364	103,7
1997	1.426	100,6	954	117,7	1.338	101,7
1998	1.438	101,4	967	119,3	1.345	102,3
1999	1.320	93,1	972	119,9	1.244	94,6
2001	1.295	91,4	947	116,8	1.224	93,1
2002	1.239	87,4	955	117,8	1.181	89,8
2003	1.136	80,1	885	109,2	1.081	82,2
2004	1.087	76,7	906	111,8	1.047	79,6
2005	1.174	82,8	917	113,1	1.118	85,0

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: prof. Waldir Quadros e equipe.

Nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, em 2004, o rendimento médio dos ocupados (R$ 1.087) era 23,3% menor do que no início da década de 1980 (R$ 1.418). Embora decrescente, a participação dos ocupados dentre os declarantes ainda é alta, de maneira que o crescimento da renda dos inativos (11,8%) foi insuficiente para reverter o quadro geral de piora dos rendimentos médios declarados.

Interessante notar também que a evolução desses rendimentos está associada ao desempenho da economia nacional, dado o grande peso dessa região. Assim sendo, os picos de rendimento dos ocupados coincidem com o Plano Cruzado em 1986, com a breve recuperação da economia em 1989 e com o período

pós Plano Real, entre 1995-96. A partir de 1999, com a desvalorização cambial, mesmo os rendimentos médios dos sem ocupação apresentam uma tendência de queda.

Sobre a evolução dos estratos sociais tanto no total do Sudeste (Tabela 7) como no agregado das metrópoles (Tabela 8), observa-se, de maneira geral, uma redução na participação dos estratos superiores – alta e média classe média. Em relação a esse aspecto, é importante frisar que, conforme observado por Waldir Quadros, **os ricos estão fora dessa estrutura sócio-ocupacional**, pois: "como sabem os pesquisadores do IBGE e estudiosos mais avisados, é algo extremamente raro conseguir-se aplicar o questionário em domicílios de ricos. E mesmo nos casos estatisticamente irrelevantes de sucesso, o mais provável é que o entrevistado dissimule sua condição social transmitindo um perfil de (alta) classe média".[5] Assim sendo, a diminuição desses estratos é um sinal de crise dessa estrutura, indicando um estreitamento dos canais de ascensão social.

O estrato da baixa classe média apresenta um movimento relativamente equilibrado no total do Sudeste e de redução nas metrópoles dessa região. Finalmente, na massa trabalhadora e no último estrato verifica-se tendência de crescimento até 2004. Esses movimentos, em função do dinamismo das áreas metropolitanas, são mais intensos nelas do que no total do Sudeste. Da mesma forma, por estarem diretamente ligados ao mercado de trabalho, nos ocupados as variações acima descritas são mais contundentes. Nas tabelas seguintes, porém, os estratos se referem ao **total dos declarantes**, pois é preciso incluir, quando se considera a estrutura social como um todo e não propriamente o mercado de trabalho, aqueles que recebem rendimentos e por isso influenciam no "padrão de vida" familiar.

Tabela 7 – Distribuição nos estratos sociais – Total
Total – Sudeste – 1981 a 2005

Ano	Estratos Sociais					
	Alta Classe Média	Média Classe Média	Baixa Classe Média	Massa Trabalhadora	Miseráveis	
1981	7,2	11,6	30,7	26,0	24,5	100%
1982	7,9	11,0	30,0	26,9	24,1	100%
1983	5,6	10,2	23,8	24,3	36,0	100%
1984	5,0	8,8	24,1	23,3	38,8	100%
1985	6,7	10,7	26,1	28,6	27,9	100%
1986	10,6	14,9	32,0	25,0	17,4	100%
1987	7,4	11,1	27,8	23,8	29,9	100%
1988	7,0	9,9	26,0	23,5	33,5	100%
1989	8,6	11,2	25,4	22,0	32,8	100%
1990	7,0	10,8	27,1	21,2	33,9	100%
1992	4,8	9,9	25,5	24,1	35,7	100%
1993	5,1	8,8	24,1	24,6	37,4	100%
1995	7,9	11,5	28,7	25,2	26,7	100%
1996	9,7	13,5	31,1	21,3	24,5	100%
1997	7,5	12,8	28,6	23,9	27,2	100%
1998	7,6	13,3	28,9	23,9	26,4	100%
1999	7,0	11,1	30,9	25,3	25,6	100%
2001	7,2	11,5	29,7	26,8	24,8	100%
2002	6,2	10,5	28,8	28,2	26,3	100%
2003	6,0	9,1	30,1	27,8	27,0	100%
2004	5,3	9,5	28,1	30,5	26,6	100%
2005	5,9	10,0	31,8	39,6	12,7	100%

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: prof. Waldir Quadros e equipe.

O estrato intermediário – baixa classe média – se mantém com uma participação em torno de 30% dos declarantes na Região Sudeste. Quando somamos os extremos da estrutura, entre 1981 e 2004, a alta e média classe média diminuem de 18,8% para 14,8%, enquanto que a massa trabalhadora e os miseráveis crescem de 50,5% para 57,1% dos declarantes.

[5] Cf. Quadros (2006).

Já nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, a participação da média e alta classe média no total de declarantes era de 24,9% em 1981, reduzindo-se para 18,3% em 2004. Há também, no período como um todo, uma certa estabilidade da baixa classe média num patamar um pouco mais alto, entre 30,0% e 35,0%. Os últimos estratos crescem, chegando a 49,8% dos declarantes em 2004 (eram 38,4% em 1981).

Tabela 8 – Distribuição nos estratos sociais – Total
Regiões Metropolitanas – Sudeste – 1981 a 2005

Ano	Estratos Sociais					
	Alta Classe Média	Média Classe Média	Baixa Classe Média	Massa Trabalhadora	Miseráveis	
1981	9,8	15,2	36,6	23,5	14,9	100%
1982	10,8	14,2	36,2	25,3	13,5	100%
1983	7,6	13,3	29,7	25,4	24,0	100%
1984	6,8	11,1	29,2	24,0	28,8	100%
1985	8,7	13,3	30,9	28,0	19,0	100%
1986	13,6	17,7	34,8	23,1	10,8	100%
1987	9,7	13,7	32,3	23,3	21,1	100%
1988	9,5	12,1	30,9	24,0	23,5	100%
1989	11,5	13,4	29,8	21,9	23,4	100%
1990	9,1	13,4	32,1	21,4	24,0	100%
1992	6,4	12,8	30,6	23,4	26,9	100%
1993	6,9	11,3	28,7	25,7	27,4	100%
1995	10,6	14,3	33,3	23,2	18,6	100%
1996	13,0	16,6	34,7	19,2	16,5	100%
1997	9,7	16,0	33,1	22,7	18,5	100%
1998	10,2	16,1	32,9	22,0	18,8	100%
1999	9,3	13,6	36,1	23,9	17,2	100%
2001	9,4	13,7	34,3	25,8	16,7	100%
2002	8,0	12,8	33,2	27,7	18,2	100%
2003	7,9	11,1	34,4	27,3	19,2	100%
2004	6,9	11,4	31,9	29,9	19,8	100%
2005	7,9	11,7	35,1	36,1	9,2	100%

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: prof. Waldir Quadros e equipe.

O panorama apresentado buscou enfatizar que o padrão de baixo crescimento da economia brasileira implica menores oportunidades ocupacionais e perda de rendimentos, mesmo (ou especialmente) nas áreas metropolitanas da região mais rica do país. Entre as décadas de 1930 e 1980, as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte lideraram o processo de desenvolvimento, principalmente a primeira, no que se refere ao avanço da industrialização. A partir dos 80, e particularmente nos 90, o crescimento do desemprego e da precariedade no trabalho se soma à falta de planejamento urbano e à insuficiência dos serviços públicos, configurando um cenário de alta vulnerabilidade social cuja violência é um dos símbolos mais marcantes. A continuidade do atual regime de baixo crescimento, que impõe limites ao investimento público, projeta um quadro nada favorável nos próximos anos. Nesse sentido, é importante estudar mais a fundo a fase pós-desvalorização cambial de 1999, relativa ao modelo econômico que continua em curso e parece que não vai ser alterado nos próximos anos.

3 Evolução dos estratos sociais no período pós-1999

Para finalizar esse artigo, apresentamos cinco quadros que mostram a evolução recente dos estratos sociais (para ocupados, inativos e total de declarantes), nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e no Distrito Federal. Além disso, foram calculados os rendimentos médios do período como um todo para cada estrato social.

A alta classe média (Quadro 1), com rendimentos médios em torno de R$ 5.500, apresenta uma tendência de redução no agregado das metrópoles do Sudeste. Entre 1999 e 2004, o percentual de participação para ocupados, sem ocupação com renda e total dos declarantes vai de 10,2% para 7,4%, 6,3% para 5,2% e de 9,3% para 6,9%, respectivamente. Já no Distrito Federal, para os ocupados e total dos declarantes, há uma relativa estabilidade desse estrato, assinalando a diferença já apontada em relação às demais regiões brasileiras.

Quadro 1 – Participação e rendimentos médios [1]
Alta classe média – RMSP + RMRJ + RMBH

	Ocupados	Sem ocup.	Total
Anos	%	%	%
1999	10,2	6,3	9,3
2001	10,2	6,4	9,4
2002	8,6	5,8	8,0
2003	8,6	5,7	7,9
2004	7,4	5,2	6,9
2005	8,6	5,4	7,9
Rnd médio 1999-05	**R$ 5.583**	**R$ 5.474**	**R$ 5.568**
Alta classe média - DISTRITO FEDERAL			
	Ocupados	Sem ocup.	Total
Anos	%	%	%
1999	15,4	16,9	15,6
2001	15,8	13,5	15,4
2002	15,9	13,4	15,5
2003	14,9	14,0	14,8
2004	14,9	12,3	14,4
2005	16,7	12,8	16,0
Rnd médio 1999-05	**R$ 6.032**	**R$ 5.753**	**R$ 5.988**

(1) Valores em Jan. 2006. Deflator INPC corrigido/Ipea data.
Fonte: PNAD/IBGE.

Quadro 2 – Participação e rendimentos médios (1)
Média classe média - RMSP + RMRJ + RMBH

	Ocupados	Sem ocup.	Total
Anos	%	%	%
1999	14,3	11,0	13,6
2001	14,5	10,7	13,7
2002	13,6	10,1	12,8
2003	11,4	9,8	11,1
2004	11,8	10,1	11,4
2005	12,0	10,8	11,7
Rnd médio 1999-05	**R$ 1.945**	**R$ 1.875**	**R$ 1.933**
Média classe média - DISTRITO FEDERAL			
	Ocupados	Sem ocup.	Total
Anos	%	%	%
1999	14,5	11,1	13,9
2001	16,1	12,1	15,5
2002	15,3	11,5	14,6
2003	14,8	11,8	14,3
2004	15,0	9,2	14,0
2005	15,7	11,9	15,0
Rnd médio 1999-05	**R$ 1.991**	**R$ 1.970**	**R$ 1.988**

(1) Valores em Jan. 2006. Deflator INPC corrigido/IPEA data.
Fonte: PNAD/IBGE.

Pode-se dizer que esse estrato de rendimentos permite um padrão de vida elevado para a realidade brasileira, desconsiderando a "elite financeira", como já frisamos. Deve-se registrar que tal padrão é limitado a apenas 6,9%, em 2004, dos indivíduos no conjunto das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Este percentual dobra no Distrito Federal, onde possivelmente pesa o número maior de empregos públicos com remuneração mais alta. De qualquer forma, trata-se um contingente pequeno da população na alta classe média, sendo que, como apontam os demais artigos dessa publicação, o cenário nacional é ainda pior, com mais restrições no acesso a esse nível de rendimentos.

Essas observações também valem para a média classe média, mesmo tendo esse estrato um rendimento médio consideravelmente inferior, como observamos a seguir (Quadro 2).

O valor médio recebido nesse estrato nas Regiões Metropolitanas do Sudeste é de R$ 1.933 para o total dos declarantes, sendo assim 2,8 vezes menor daquele auferido na alta classe média. Mesmo assim, apenas 11,4% dos declarantes (11,8% dos ocupados) alcançaram esse patamar de rendimentos em 2004, sendo que, como ocorre na faixa superior, há uma tendência de diminuição da média classe média, especialmente dentre os ocupados. No Distrito Federal, há um comportamento estável com leve tendência de expansão. Importante ainda observar, como fizemos na primeira parte desse trabalho, que o valor médio dos rendimentos, tanto para o total dos declarantes como para os dois subgrupos, é maior no Distrito Federal do que nas Regiões Metropolitanas do Sudeste.

Os estratos de média e alta classe média, portanto, apresentaram uma tendência de redução no Sudeste entre 1999 e 2004, o que é revelador do ponto de vista do estreitamento das oportunidades de emprego e de ascensão social. Vejamos o comportamento na baixa classe média, estrato bem mais numeroso (Quadro 3):

Quadro 3 – Participação e rendimentos médios [(1)]
Baixa classe média – RMSP + RMRJ + RMBH

	Ocupados	Sem ocup.	Total
Anos	%	%	%
1999	38,2	28,2	36,1
2001	36,1	27,5	34,3
2002	35,0	26,3	33,2
2003	36,3	27,8	34,4
2004	33,4	26,6	31,9
2005	36,4	30,2	35,1
Rnd médio 1999-05	**R$ 865**	**R$ 908**	**R$ 872**
Baixa classe média - DISTRITO FEDERAL			
	Ocupados	Sem ocup.	Total
Anos	%	%	%
1999	29,4	14,7	26,8
2001	26,7	15,8	24,9
2002	27,1	18,0	25,6
2003	28,5	19,3	27,0
2004	24,9	17,8	23,6
2005	26,5	16,2	24,7
Rnd médio 1999-05	**R$ 878**	**R$ 923**	**R$ 884**

(1) Valores em Jan. 2006. Deflator INPC corrigido/IPEA data.
Fonte: PNAD/IBGE.

Em primeiro lugar, pode-se dizer que há uma aproximação entre os rendimentos médios verificados nas duas regiões (cerca de R$ 880 para o total de declarantes). Além disso, diferentemente dos demais estratos, na baixa classe média, os sem ocupação com renda auferem um ganho maior do que os ocupados, o que deve indicar, pelo menos nessas regiões, uma concentração de benefícios, pensões e aposentadorias nessa faixa de renda, em torno de R$ 900 a R$ 920 (valores altos para os padrões nacionais). Em termos da evolução, também para o Distrito Federal nesse caso, há uma tendência de redução na participação da baixa classe média, principalmente para o subgrupo dos ocupados. Em 2004, esse segmento representava 33,4% dos ocupados nas Regiões Metropolitanas do Sudeste e 24,9% no Distrito Federal; percentuais que eram, respectivamente, de 38,2% e 29,4% em 1999.

Assim sendo, em conjunto, há um encolhimento dos setores médios entre 1999 e 2004 nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Somando os três estratos e considerando os indivíduos ocupados, a participação da baixa, média e alta classe média cai de 62,7% para 52,6%. Já no Distrito Federal, a participação dos três estratos médios vai de 59,0% em 1999 para 54,8% dos ocupados em 2004. A contrapartida do encolhimento dos setores médios, em alguma medida, como se observa abaixo (Quadro 4), é o grande crescimento da massa trabalhadora (pobre).

Seja no conjunto das metrópoles do Sudeste ou no Distrito Federal, há um crescimento significativo desse estrato social, cujo rendimento médio dos ocupados situa-se entre R$ 410 e R$ 420. Nas duas regiões a evolução da massa trabalhadora é bastante similar, com crescimento na participação de cerca de 25,0% para 32,0% dos ocupados.

Quadro 4 – Participação e rendimentos médios (1)
Massa trabalhadora – RMSP + RMRJ + RMBH

	Ocupados	Sem ocup.	Total
Anos	%	%	%
1999	25,2	18,8	23,9
2001	27,3	19,7	25,8
2002	29,1	22,2	27,7
2003	29,7	19,0	27,3
2004	32,9	19,3	29,9
2005	34,0	43,6	36,1
Rnd médio 1999-05	**R$ 420**	**R$ 411**	**R$ 417**
Massa trabalhadora - DISTRITO FEDERAL			
	Ocupados	Sem ocup.	Total
Anos	%	%	%
1999	25,0	15,6	23,3
2001	28,6	15,3	26,4
2002	27,6	12,2	25,0
2003	26,8	11,1	24,2
2004	32,0	13,5	28,7
2005	34,0	23,3	34,3
Rnd médio 1999-05	**R$ 410**	**R$ 401**	**R$ 408**

(1) Valores em Jan. 2006. Deflator INPC corrigido/IPEA data.
Fonte: PNAD/IBGE.

Ainda sobre a massa trabalhadora, interessante observar que esse é o estrato mais numeroso tanto no Sudeste como no Distrito Federal. Assim como ocorre em outras regiões brasileiras, há uma enorme massa popular de indivíduos com ocupações simples, de baixa remuneração, especialmente nas áreas metropolitanas. No caso do Distrito Federal, para esse estrato, devem pesar os dados oriundos das "cidades satélites", onde o padrão de vida é sabidamente inferior daquele observado na capital federal. Finalmente, o Quadro 5 mostra a evolução do último estrato de rendimentos:

Ressalvado o ano de 2005, havia um movimento de ligeiro crescimento dos miseráveis nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Essa tendência é abruptamente revertida naquele ano, com uma queda de dez pontos percentuais no total dos declarantes. Conforme salientamos no início, optamos por uma análise global até o ano de 2004, mas especificamente sobre esse último estrato e a mudança ocorrida, vale registrar que o grupo dos miseráveis é aquele que sofre as maiores variações ao longo dos anos, o que está relacionado à alta sensibilidade da nossa linha de corte às variações da economia e dos rendimentos da base da estrutura social.

Quadro 5 – Participação e rendimentos médios (1)
Miseráveis – RMSP + RMRJ + RMBH

	Ocupados	Sem ocup.	Total
Anos	%	%	%
1999	12,0	35,7	17,2
2001	11,9	35,7	16,7
2002	13,8	35,6	18,2
2003	14,1	37,6	19,2
2004	14,4	38,8	19,8
2005	8,9	10,0	9,2
Rnd médio 1999-05	**R$ 179**	**R$ 205**	**R$ 191**
Miseráveis - DISTRITO FEDERAL			
	Ocupados	Sem ocup.	Total
Anos	%	%	%
1999	15,7	41,7	20,3
2001	12,8	43,4	17,8
2002	14,2	44,9	19,3
2003	14,9	43,8	19,7
2004	13,2	47,2	19,3
2005	7,0	23,3	9,9
Rnd médio 1999-05	**R$ 195**	**R$ 186**	**R$ 191**

(1) Valores em Jan. 2006. Deflator INPC corrigido/Ipea data.
Fonte: PNAD/IBGE.

No Distrito Federal, não se pode dizer que havia uma expansão dos miseráveis, pois o quadro é de estabilidade entre 1999 e 2004. De qualquer forma, também se reduz em cerca de dez pontos percentuais a participação dos miseráveis no total de declarantes. Esses movimentos, porém, poderão ser objeto de pesquisa posterior. Por ora vale o registro de que, entre 1999 e 2004, quase que 20% dos

indivíduos que declararam renda estavam, na região mais desenvolvida do país, no estrato de miseráveis, com rendimento médio de R$ 191.

Considerações finais

Esse artigo, de caráter descritivo, buscou apenas sintetizar os principais resultados da aplicação da metodologia desenvolvida por Quadros no Sudeste, no agregado das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e no Distrito Federal. Observou-se, inicialmente, uma estrutura com rendimentos médios superiores no Distrito Federal, o que aponta para a necessidade de um aprofundamento acerca das condições de trabalho e remuneração dessa região. Ao mesmo tempo, porém, destacou-se que essa estrutura ainda apresenta uma série de distorções sob a ótica da justiça social, com grande participação das camadas de baixa classe média e massa trabalhadora (pobre), implicando elevada concentração de renda.

Uma visão panorâmica da estrutura sócio-ocupacional do Sudeste e do conjunto das suas principais Regiões Metropolitanas, entre o início dos anos 1980 e 2004, revelou a perda de dinamismo da geração de oportunidades ocupacionais e a deterioração dos rendimentos médios dos indivíduos ocupados. Esses processos foram relacionados ao desempenho mais geral da economia brasileira nestes 25 anos, dado o grande peso relativo do Sudeste no resultado nacional e o seu desempenho ruim. Por fim, concentrando a análise no período pós-desvalorização cambial em 1999, quando se passou a adotar o atual "tripé" de política econômica (câmbio flutuante, metas de inflação e superávits primários), verificou-se um estreitamento das camadas médias, com forte expansão da massa trabalhadora.

O quadro geral observado aponta para a permanência de uma estrutura sócio-ocupacional desigual. Para o conjunto dos declarantes de renda na PNAD, mesmo em 2005, nas Regiões Metropolitanas do Sudeste, apenas 7,9% situavam-se na alta classe média (16,0% no Distrito Federal). No outro extremo, tínhamos 45,3% dos declarantes na massa trabalhadora (pobre) ou no estrato de miseráveis (44,2% no Distrito Federal). A reversão desse quadro depende, em boa medida, de uma nova articulação entre as políticas monetária, cambial e financeira, que permitiria maior crescimento econômico ao país e mais investimentos na área social.

Referências bibliográficas

QUADROS, Waldir. ***Aspectos da crise social brasileira dos anos oitenta e noventa***. Tese (Livre Docência)- Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas, 2003.

QUADROS, Waldir. ***A dinâmica da classe média***. São Paulo: Instituto de Estudos Econômicos Internacionais – IEEI, dez. 2006.